

Plano Anual de Formação e Capacitação

PLANO ANUAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO
2025

PALMAS –TO

Um plano de ação é a bússola que nos orienta na jornada da realização. Cada passo é uma oportunidade para avançarmos em direção aos nossos objetivos, transformando visão em conquista e desafios em triunfos.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Conselheiro Presidente

André Luiz de Matos Gonçalves

Conselheiro Vice-Presidente

Alberto Sevilha

Conselheiro Coordenador

José Wagner Praxedes

DIRETORIA DO ISCON

Diretora do ISCON

Aida Maria do Amaral

Equipe Diretoria

Ernani Ferreira Sousa
Rairivaldo Novaes Kós Araújo

COORDENADORIA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO – COFAP

Equipe COFAP

Antônia Pricylla Lima Matos
Joyce Maria Bomfim de Araujo
Antônio Delfino Guimarães Sobrinho

Chefe de Divisão Acadêmica - DIACA

Luiza Paula Leite Landin Macedo

Equipe DIACA

Cloris Rodrigues Santos de Oliveira
Marinéia Alves de Araújo Pinto
Najla Murad
Débora da Silva Fonseca

Chefe de Divisão Pedagógica – DIPED

Cláudia Alcântara Prego de Araújo

Memorial

Márcia Izabel Barbosa Soares
Claudete Ferreira Sousa

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL / COPDI

Coordenadora de Planejamento e Desenvolvimento institucional - COPDI

Cejane Marcia Aires de Andrade

Equipe COPDI

Vanessa Lopes Queiroz Lima
Antônio de Pádua Santos Rodrigues
Josefa Gomes Pereira
Sílvia Mota Sales

Chefe de Divisão Administrativa - DIADM

Raimundo Nonato Gomes Monturil Neto

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
1 INTRODUÇÃO	6
2 LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS – LNE	7
IMPORTANTE RESSALTAR QUE O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO ISCON – 2024	
REFORÇA:.....	8
3 OBJETIVO GERAL.....	9
3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	9
4 ESTRUTURA HUMANIZADA ISCON	9
O INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO DO TCE-TO SE DESTACA COMO UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO QUE ALIA EXCELÊNCIA TÉCNICA À VALORIZAÇÃO DO INDIVÍDUO. SUA ESTRUTURA HUMANIZADA É CONCEBIDA PARA PROPORCIONAR UM AMBIENTE DE APRENDIZAGEM QUE FAVORECE O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E PESSOAL, ESTIMULANDO A REFLEXÃO CRÍTICA, A ÉTICA E O COMPROMISSO COM A GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE. COM UMA ABORDAGEM INCLUSIVA E ACOLHEDORA, BUSCA FORMAR AGENTES PÚBLICOS CAPACITADOS E CONSCIENTES DE SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E TRANSPARENTE.....	9
4.1 À DIRETORIA DO INSTITUTO DE CONTAS COMPETE O GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES INERENTES À SUA FINALIDADE DE PROPOR E CONDUZIR AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO, INOVAÇÃO E CULTURA, NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E APRIMORAMENTO PROFISSIONAL, EM BENEFÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SOCIEDADE.	9
4.2 À COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – COPDI	9
4.3 À COORDENADORIA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO – COFAP, COMPETE O GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES INERENTES À EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO, SUPERVISÃO E MONITORAMENTO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS OFERTADAS PELO ISCON.....	9
4.4 INSTRUTORIA	10
4.5 PARTICIPANTES/CURSISTAS	10
5 AÇÕES EDUCACIONAIS PROGRAMADAS PARA 2025.....	11
5.1 AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA MEMBROS E SERVIDORES – TCE – TO.....	11
5.2 AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA GESTORES, AGENTES E SERVIDORES PÚBLICOS DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES JURISDICIONADOS E SOCIEDADE	15
6 PROGRAMA EDUCACIONAL ISCON TCE – TO / MATRIZ DE CONHECIMENTO.....	17
6.1 PROGRAMA DE FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA (GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO)	17
O PROGRAMA EM QUESTÃO TEM COMO PREMISA INCENTIVAR E FOMENTAR A FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA COM O OBJETIVO DE PREPARAR SERVIDORES E MEMBROS PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO, OFERTANDO CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO POR INTERMÉDIO DE INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS E/OU PARCERIAS, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2011, ART. 3º, III:.....	17
PROGRAMA DE FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA (GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO)	18
6.2 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE	19
6.2.1 AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA MEMBROS E SERVIDORES –TCE-TO	19
6.2.2 AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA OS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DOS JURISDICIONADOS E SOCIEDADE	37
6.3 PROGRAMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	42

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

6.4 PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	43
6.5 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL	43
7 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.....	45
8 AVALIAÇÃO	46
8.1 AVALIAÇÃO DE REAÇÃO	46
8.2 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM	46
BIBLIOGRAFIA.....	47
ANEXO I	48
ANEXO II	49
ANEXO III	50
ANEXO IV	51
ANEXO V	54

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Contas 5 de Outubro – ISCON, como órgão educacional da estrutura do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TO, atua na oferta de Ações de Educação direcionadas à formação, capacitação e aperfeiçoamento profissional.

O Plano Anual de Formação e Capacitação – PAFC é o instrumento orientador das Ações de Educação e contempla os programas e os projetos a serem executados, visando o cumprimento de metas e objetivos para o alcance da missão institucional em consonância com as necessidades e demandas apresentadas pelos diversos setores da estrutura organizacional do Tribunal de Contas, incluindo a área de gestão de pessoas, com alcance no público externo, conforme a atribuição do ISCON estabelecida no inciso I, do art. 3º da Resolução Administrativa nº 01/2011:

Implementar políticas de educação corporativa e de desenvolvimento de competências profissionais definidas para os membros e servidores do TCE/TO, agentes e servidores públicos dos entes jurisdicionados e sociedade em geral, no interesse superior da Administração Pública, apresentando Plano Anual de Formação e Capacitação – PAFC –, a ser submetido a Presidência - TCE/TO.

As Ações Educacionais são elaboradas e estruturadas com vistas ao aperfeiçoamento profissional dos membros e servidores desta Corte de Contas, dos gestores e servidores dos Órgãos e Entidades Jurisdicionados e da sociedade em geral, objetivando contribuir com a boa, eficaz e transparente gestão dos recursos públicos, pautada na temática da Governança, Cidadania e Controle Social.

1 INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Formação e Capacitação (PAFC) sintetiza todas as Ações de Educação a serem desenvolvidas ao longo do ano de 2025, conforme disposições estabelecidas na Resolução Administrativa TCE/TO nº 01/2011.

O ISCON, oferta suas ações nas seguintes modalidades de ensino: presencial, a distância e híbrida. Conta também com uma estrutura física composta por salas de aula equipadas e com suporte tecnológico e com um Ambiente de Aprendizagem Virtual – AVA, bem como o canal de *Youtube* / *@iscontce*, próprios para o atendimento das atividades virtuais síncronas e assíncronas.

Por **Ação Educativa**, define-se o conjunto de atividades individuais e/ou grupais de ensino-aprendizagem formação, capacitação, treinamento ou desenvolvimento de pessoas com vistas à socialização, exteriorização, combinação e interiorização de conhecimentos, habilidades e atitudes consideradas valiosas para o trabalho e para a vida profissional (RA/TCE/TO/01/2011). Consecutivamente, percebe-se que por **Evento**, entende-se a ocorrência da ação de educação no contexto do processo educacional, realizado nas modalidades presencial e/ou a distância, e organizado em diversos formatos, tais como curso, fórum, seminário, oficina, treinamento em serviço, ciclo de estudos, entrevista, pesquisa, encontro, debate, congresso, desenvolvimento artístico e cultural dos servidores, em conformidade com os projetos do ISCON que tenham certificado de participação ou comprovante de aproveitamento.

Para o ano de 2025, a presente proposta de plano educacional objetiva a construção de ações pautadas nos princípios da Governança, Cidadania e Controle Social, na essência do viver em comunidade e dos princípios da equidade, economicidade, sustentabilidade e transparência, focados no bem geral da sociedade, como prediz Moretto, 2014:

A cidadania vai além de uma máscara com a qual o “eu” se apresenta ao seu grupo social para impor suas características. Ela implica o compromisso consciente de inserção no contexto social, a sua compreensão e o engajamento como agente transformador da sociedade, em busca da convivência harmônica e respeitosa dos membros da comunidade.

...

Assim, a pertinência e a vivência em comunidade é a verdadeira expressão da cidadania. (p.30 e 31)

Imperioso ressaltar que o PAFC para 2025 perpassa pela estruturação contínua e prima pela qualificação da aprendizagem, registradas nos programas e projetos apresentados.

Por fim, as ações educacionais planejadas para exercício de 2025 estão em consonância com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Estratégico do TCE-TO e suas devidas ações orçamentárias.

2 LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS – LNE

As ações educativas contínuas são fundamentais para garantir a excelência e a responsabilidade na fiscalização do uso dos recursos públicos, além de promover a transparência e o desenvolvimento sustentável nas administrações públicas. O Instituto de Contas 5 de Outubro - ISCON desempenha um papel estratégico nesse processo, pois é responsável por oferecer formação qualificada e alinhada às competências necessárias para o cumprimento dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

O levantamento das necessidades educativas que respaldam a presente proposta tem como objetivo identificar as lacunas e oportunidades de aprimoramento na formação oferecida pelo ISCON, com foco em preparar os servidores para os desafios atuais e futuros da Administração Pública. Por meio de uma análise detalhada das competências exigidas, aliada a uma escuta ativa das unidades laborais demandantes, bem como, dos órgãos jurisdicionados e da sociedade em geral, este estudo busca mapear as áreas prioritárias de capacitação, adaptando o conteúdo e as metodologias para melhor atender às demandas gerais.

Com base nos dados levantados, o plano de ação resultante visa desenvolver um currículo educacional que fomente a inovação, a ética, e a eficiência nas atividades desenvolvidas pelo público alvo, promovendo uma cultura de aprendizado contínuo e alinhada aos objetivos estratégicos do Tribunal de Contas e à Gestão de Pessoas.

Por conseguinte, as Unidades que compõem a estrutura organizacional do TCETO foram solicitadas a registrar suas demandas por meio do formulário Solicitação de Ação Educativa (Anexo I) com vistas a indicar as informações relevantes de forma qualitativa objetivando o mapeamento das necessidades e formulação da presente proposta do PAFC 2025.

Por conseguinte, a Coordenação de Formação e Aperfeiçoamento – COFAP realizou junto aos Conselhos Municipais de Saúde, Conselhos Municipais de Educação, Conselhos Tutelares e outros, levantamento de informações com o objetivo de identificar as necessidades de capacitações voltadas para a sociedade. Assim, por meio de formular de pesquisa interativo, coletou-se informações sobre os principais desafios e demandas relacionadas ao desenvolvimento de Políticas Públicas eficazes e alinhadas à realidade local.

Consecutivamente, mediante alinhamento com o planejamento estratégico do TCE-TO, no Projeto 12.3 – Plano Anual de Formação e Capacitação, que apresenta como objetivo estratégico: *“Promover a gestão do conhecimento e o desenvolvimento de competência em uma abordagem multidisciplinar”*, estabelece-se o pressuposto teórico e pedagógico para a configuração do planejamento das Ações Educacionais:

Desenvolvimento da Gestão de Competências, conjunto de habilidades conceituais, procedimentais e atitudinais a serem desenvolvidas pelo indivíduo/cidadão e diretamente ligadas à atuação laboral e institucional, classificadas em Competências Organizacionais, Gerenciais, Técnicas e Comportamentais.

Importante ressaltar que o Projeto Político-Pedagógico do ISCON – 2024 reforça:

Assim, um Projeto Político-Pedagógico do ISCON é compreendido como a expressão de um projeto coletivo em que se articulam as expectativas do Planejamento Estratégico e Plano de Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE/TO, jurisdicionados e sociedade, que se materializarão no Plano Anual de Formação e Aperfeiçoamento – PAFC.

Assim, o Plano Anual de Formação e Capacitação – PAFC - 2025 reflete o compromisso do Instituto de Contas em atuar com eficiência, integridade e transparência, cumprindo com suas responsabilidades institucionais. Ao longo do ano, serão priorizadas ações que visam não apenas o cumprimento das metas estabelecidas, mas também o fortalecimento da governança pública e a promoção de boas práticas de gestão.

Almeja-se com este plano, contribuir para uma administração pública mais responsável, sustentável e em consonância com os princípios constitucionais e legais, sempre pautados pela defesa do interesse público.

Com uma visão clara de futuro e um planejamento estruturado, acredita-se que os resultados alcançados beneficiarão a sociedade, promovendo maior confiança nas instituições públicas e na gestão eficiente dos recursos.

3 OBJETIVO GERAL

Estruturar as ações educacionais de formação, capacitação e aperfeiçoamento profissional a serem executadas pelo Instituto de Contas 5 de Outubro - ISCON ao longo do exercício financeiro de 2025, em consonância com o Plano Estratégico Institucional, a matriz de competências e conhecimentos e, as normas vigentes no âmbito do ISCON, buscando contribuir com a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

3.1 Objetivos Específicos:

Os objetivos específicos estão relacionados com os objetivos estratégicos institucionais estabelecidos na perspectiva de pessoas, aprendizado e inovação, quais sejam:

- Desenvolver ações de educação para o aperfeiçoamento de competências gerenciais, comportamentais, organizacionais e técnicas de membros e servidores do TCE/TO;
- Desenvolver ações de educação para o aperfeiçoamento de competências técnicas de jurisdicionados do TCE/TO;
- Desenvolver ações de capacitação para o aperfeiçoamento de competências organizacionais e comportamentais da sociedade no exercício do controle social.

4 ESTRUTURA HUMANIZADA ISCON

O Instituto de Contas 5 de Outubro do TCE-TO se destaca como uma instituição de ensino que alia excelência técnica à valorização do indivíduo. Sua estrutura humanizada é concebida para proporcionar um ambiente de aprendizagem que favorece o desenvolvimento profissional e pessoal, estimulando a reflexão crítica, a ética e o compromisso com a gestão pública eficiente. Com uma abordagem inclusiva e acolhedora, busca formar agentes públicos capacitados e conscientes de seu papel na construção de uma sociedade mais justa e transparente.

4.1 À Diretoria do Instituto de Contas compete o gerenciamento das atividades inerentes à sua finalidade de propor e conduzir as ações de educação, inovação e cultura, na construção do conhecimento e aprimoramento profissional, em benefício da administração pública e da sociedade.

4.2 À Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – COPDI

Compete o gerenciamento dos processos e atividades administrativas de modo a viabilizar a realização de programas, projetos e atividades na área de formação, capacitação e aperfeiçoamento promovidos pelo Instituto de Contas 5 de Outubro.

Subordinada à COPDI, a Divisão Administrativa tem como atribuição prestar apoio administrativo e operacional à COPDI.

4.3 À Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento – COFAP, compete o gerenciamento das atividades inerentes à execução dos programas e projetos de desenvolvimento, supervisão e monitoramento das ações educacionais ofertadas pelo ISCON.

Subordinadas à COFAP:

- A Divisão Acadêmica - DIACA tem como finalidade recepcionar, atualizar e proceder a consolidação das informações e dados das atividades educacionais;

- A Divisão Pedagógica – DIPED tem por finalidade atuar nos processos, projetos e programas educacionais, promovendo a elaboração, acompanhamento, análise e manifestação pedagógica.

4.4 Instrutoria

Define-se por instrutoria toda atividade de *“ministrar aulas, palestras, elaborar material didático e atuar em atividades similares ou equivalentes em eventos de capacitação presenciais ou a distância”*, conforme Resolução Administrativa TCE-TO nº 01/2011.

Assim, para a realização das ações educativas programadas para o ano de 2025, prevê-se duas formas de instrutoria:

4.4.1 Instrutoria Interna

O ISCON prioriza os critérios da impessoalidade, publicidade e competência técnica para selecionar o docente do quadro e promove o cadastro e recadastramento anual para acompanhamento e seleção de instrutores internos, na forma das atividades previstas, regidas pela Portaria TCE-TO nº 377/2022, mantendo atualizado o banco de talentos.

4.4.2 Instrutoria Externa

Como preconiza a Resolução Administrativa TCE-TO nº 01/2011, em seu Art. 2º, inciso VII: cabe ao ISCON *propor, quando necessário, a contratação de serviços de consultoria externa ou solicitar cooperação técnica dos Tribunais de Contas ou de outras Instituições.*

Neste contexto, as instrutorias exercidas a partir de cooperação e/ou colaboração eventual, são regidas pela Portaria nº377/2022 e as contratações de serviços pela Resolução Administrativa 07/2023.

Seguem os anexos IV e V, com os padrões exigidos para o planejamento das ações educativas ministradas por instrutores externos.

4.5 Participantes/Cursistas

Com o foco no aperfeiçoamento profissional contínuo, na oferta de cursos de formação inicial, educação continuada e permanente ao longo de seus percursos profissionais, alinhado ao desenvolvimento de competências, destaca-se os agrupamentos profissionais para os quais o ISCON desenvolve suas linhas principais de atuação:

- Membros, Servidores Efetivos, Cedidos, Comissionados e Estagiários do TCE-TO;
- Gestores, Agentes e Servidores Públicos dos Órgãos e Entidades Jurisdicionados do Estado do Tocantins e dos 139 municípios sob jurisdição do TCE-TO;
- Sociedade em geral, Membros de Conselhos, Estudantes, Cidadãos, Sociedade Civil, dentre outros.

5 AÇÕES EDUCACIONAIS PROGRAMADAS PARA 2025

Desta forma as Ações Educacionais programadas para o exercício de 2025, visam o atendimento qualitativo e a busca por resultados efetivos da gestão de competências e do conhecimento.

5.1 Ações de Educação para Membros e Servidores – TCE – TO

Tabela 1 – Cursos contínuos previstos para membros e servidores do Tribunal de Contas do Tocantins

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS E TÉCNICAS								
AÇÃO EDUCACIONAL		PROGRAMA	PROJETO PLANO DE GESTÃO	CH PREVISTA	PREVISÃO DE EXECUÇÃO - TRIMESTRE			
					1º	2º	3º	4º
1.1	EXCEL INTERMEDIÁRIO (NOVO)	6.2.1.1	12.1	10			X	X
1.2	POWER BI (NOVO)	6.2.1.1	12.1	definir			X	X
1.3	OPERACIONALIZAÇÃO DO SEI	6.2.1.1	12.1	10	X	X	X	X
1.4	OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA E-CONTAS	6.2.1.1	12.1	10	X	X	X	X
1.5	PLATAFORMA TEANS E OFFICE 365	6.2.1.1	12.1	10	X	X	X	X
1.6	SIAFE/TO APOIO, ADMINISTRAÇÃO E RELATÓRIOS	6.2.1.1	12.1	10	X	X	X	X
1.7	SIAFE/TO CONTABILIDADE, CONTRATOS, CONVÊNIOS, FOLHA DE PAGAMENTO E PROJETOS	6.2.1.1	12.1	10	X	X	X	X
1.8	SIAFE/TO EXECUÇÃO FINANCEIRA	6.2.1.1	12.1	10	X	X	X	X
1.9	SIAFE/TO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6.2.1.1	12.1	10	X	X	X	X
1.10	SISTEMA DE BENEFÍCIOS	6.2.1.1	12.1	10	X	X	X	X

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Tabela 2 – Ações Educacionais com previsão de oferta para membros e servidores do Tribunal de Contas do Tocantins com ênfase no desenvolvimento de competências organizacionais e gerenciais

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS E GERENCIAIS								
AÇÃO EDUCACIONAL		PROGRAMA	PROJETO PLANO DE GESTÃO	CH PREVISTA	PREVISÃO DE EXECUÇÃO - TRIMESTRE			
					1º	2º	3º	4º
2.1	ANÁLISE E MELHORIA DE PROCESSOS	6.2.1.2 ASPDO	12.1	20			X	
2.2	GERENCIAMENTO DE PROJETO, PROGRAMA E PORTFÓLIO	6.2.1.3 ASPDO	12.1	20				X
2.3	GESTÃO DE RESULTADOS (CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO PARA A GESTÃO PÚBLICA)	6.2.1.4 ASPDO	12.1	16		X		

Tabela 3 – Ações Educacionais com previsão de oferta para membros e servidores do Tribunal de Contas do Tocantins com ênfase no desenvolvimento de competências técnicas

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS								
AÇÃO EDUCACIONAL		PROGRAMA	PROJETO PLANO DE GESTÃO	CH PREVISTA	PREVISÃO DE EXECUÇÃO - TRIMESTRE			
					1º	2º	3º	4º
3.1	AUDITORIA DE CONFORMIDADE NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, COM METODOLOGIAS DE AFERIÇÃO DE SOBREPREGO E SUPERFATURAMENTO	6.2.1.5 COAPT COREC	12.1	30				
3.2	CICLO DA FISCALIZAÇÃO: OFICINAS PRÁTICAS	6.2.1.6 COAPT	12.1	100	X			
3.3	COMPLIANCE INTELIGENTE: O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA INTEGRIDADE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.	6.2.1.7 ASSJ	12.1	20		X		

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Tabela 3 – Ações Educacionais com previsão de oferta para membros e servidores do Tribunal de Contas do Tocantins com ênfase no desenvolvimento de competências técnicas

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS								
AÇÃO EDUCACIONAL		PROGRAMA	PROJETO PLANO DE GESTÃO	CH PREVISTA	PREVISÃO DE EXECUÇÃO - TRIMESTRE			
					1º	2º	3º	4º
3.4	CONTRATAÇÕES, COMPRAS PÚBLICAS, PADRONIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS SEGUNDO A LEI 14.133/2021.	6.2.1.8 ASSJ DIGAF	12.1	16		X		
3.5	CURSO PRÁTICO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL E RPPS	6.2.1.9 ASSJ COCAP	12.1	20			X	
3.6	DISPENSA ELETRÔNICA COM PRÁTICA NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR	6.2.1.10 COLCC COADM	12.1	20	X			
3.7	DOLO E CULPA NO ÂMBITO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	6.2.1.11 COREC	12.1	20				X
3.8	FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS ADVINDOS DE TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS (EMENDA PIX).	6.2.1.12 COAPT	12.1	20		X		
3.9	FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM CONSONÂNCIA COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.	6.2.1.13 COCON	12.1	16	X			
3.10	GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	6.2.1.14 COCON COMAP	12.1	16			X	
3.11	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS À LUZ DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	6.2.1.15 DIGAF	12.1	30	X			
3.12	LINGUAGEM JURÍDICA SIMPLES	6.2.1.16 RELT4 RELT3	12.1	6			X	
3.14	OS RESULTADOS DA AUDITORIA FINANCEIRA E SEUS IMPACTOS NA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	6.2.1.17 COACF	12.1	10				X

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Tabela 3 – Ações Educacionais com previsão de oferta para membros e servidores do Tribunal de Contas do Tocantins com ênfase no desenvolvimento de competências técnicas

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS								
AÇÃO EDUCACIONAL		PROGRAMA	PROJETO PLANO DE GESTÃO	CH PREVISTA	PREVISÃO DE EXECUÇÃO - TRIMESTRE			
					1º	2º	3º	4º
3.15	PRATICANDO A GESTÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS: PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.	6.2.1.18 DIOAF	12.1	24	X			
3.16	QUALIFICA TCE IV - CURSOS CONTÍNUOS.	6.2.1.19 COAPT	12.1	90		X		
3.17	SIAFE-TO - COMO UTILIZAR OS RELATÓRIOS DO SISTEMA NAS FISCALIZAÇÕES	6.2.1.20 COAPT	12.1	10			X	
3.18	SUPORTE BÁSICO DE VIDA	6.2.1.21 COPTAU	12.1	8		X		
3.19	TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED): PLANEJAMENTO, CELEBRAÇÃO, EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS	6.2.1.22 DIGAF	12.1	16				X

Tabela 4 – Ações Educacionais com previsão de oferta para membros e servidores do Tribunal de Contas do Tocantins com ênfase no DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS E GERENCIAIS								
AÇÃO EDUCACIONAL		PROGRAMA	PROJETO PLANO DE GESTÃO	CH PREVISTA	PREVISÃO DE EXECUÇÃO - TRIMESTRE			
					1º	2º	3º	4º
4.1	RELACIONAMENTO INTERPESSOAL E TRABALHO EM EQUIPE	6.2.1.23 COAPT COPRO	12.1	20			X	
4.2	O PAPEL DO LÍDER	6.2.1.24 COAPT ISCON	12.1	20				X

5.2 Ações de Educação para Gestores, Agentes e Servidores Públicos dos Órgãos e Entidades Jurisdicionados e Sociedade

Tabela 5 – Cursos contínuos previstos para Gestores, Agentes e Servidores Públicos dos Órgãos e Entidades Jurisdicionados e Sociedade

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS E TÉCNICAS								
AÇÃO EDUCACIONAL		PROGRAMA	PROJETO PLANO DE GESTÃO	CH PREVISTA	PREVISÃO DE EXECUÇÃO - TRIMESTRE			
					1º	2º	3º	4º
5.1	CADUN	6.2.2.1	6.1	10	X	X	X	X
5.2	SIAFE/TO APOIO, ADMINISTRAÇÃO E RELATÓRIOS	6.2.2.1	6.1	07	X	X	X	X
5.3	SIAFE/TO CONTABILIDADE, CONTRATOS, CONVÊNIOS, FOLHA DE PAGAMENTO E PROJETOS	6.2.2.1	6.1	07	X	X	X	X
5.4	SIAFE/TO EXECUÇÃO FINANCEIRA	6.2.2.1	6.1	09	X	X	X	X
5.5	SIAFE/TO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO	6.2.2.1	6.1	07	X	X	X	X
5.6	UTILIZAÇÃO DO SICAP / AP	6.2.2.1	6.1	12	X	X	X	X
5.7	UTILIZAÇÃO DO SICAP / LCO	6.2.2.1	6.1	12	X	X	X	X

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Tabela 6 – Ações Educacionais com previsão de oferta para Gestores, Agentes e Servidores Públicos dos Órgãos e Entidades Jurisdicionados e Sociedade

1. DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS E TÉCNICAS								
AÇÃO EDUCACIONAL		PROGRAMA	PROJETO PLANO DE GESTÃO	CH PREVISTA	PREVISÃO DE EXECUÇÃO - TRIMESTRE			
					1º	2º	3º	4º
6.1	AGENDA CIDADÃ / 17ª EDIÇÃO	6.2.2.2	3.9 / 6.1	A definir			X	
6.2	A REFORMA TRIBUTÁRIA E O NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	6.2.2.3 ATRICON COCON	3.9 / 6.1	8				X
6.3	CICLO DE APRENDIZAGEM E TRANSFORMAÇÃO PARA CONSELHOS MUNICIPAIS 01: FUNDAMENTOS DA GOVERNANÇA E CONTROLE SOCIAL	6.2.2.4 DIGIC	3.9 / 6.1	4	X			
6.4	CICLO DE APRENDIZAGEM E TRANSFORMAÇÃO PARA CONSELHOS MUNICIPAIS 02: PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS	6.2.2.5 DIGIC	3.9 / 6.1	4		X		
6.5	CICLO DE APRENDIZAGEM E TRANSFORMAÇÃO PARA CONSELHOS MUNICIPAIS 03: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	6.2.2.6 DIGIC	3.9 / 6.1	4			X	
6.6	CICLO DE APRENDIZAGEM E TRANSFORMAÇÃO PARA CONSELHOS MUNICIPAIS 04: DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES E ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL	6.2.2.7 DIGIC	3.9 / 6.1	4				X
6.7	ENCONTROS TÉCNICOS PARA GESTORES PÚBLICOS E SOCIEDADE EM GERAL	6.2.2.8 DICE 1	3.9 / 6.1	24	X	X	X	X

6 PROGRAMA EDUCACIONAL ISCON TCE – TO / MATRIZ DE CONHECIMENTO

As Ações de Educação elaboradas pelo ISCON serão desenvolvidas e organizadas conforme os programas definidos para 2025:

- Programa de Formação e Educação Continuada (Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão);
- Programa de Educação Permanente;
- Programa de Gestão da Informação e do Conhecimento;
- Programa de Capacitação de Tecnologia da Informação;
- Programa de Desenvolvimento Artístico e Cultural.

A Matriz do Conhecimento, elaborada com as demandas de ações educacionais originadas dos diversos setores, subsidiou a análise e seleção para inclusão no PAFC 2025.

6.1 Programa de Formação e Educação Continuada (Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão)

O programa em questão tem como premissa incentivar e fomentar a formação e educação continuada com o objetivo de preparar servidores e membros para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, ofertando cursos de formação e especialização por intermédio de instituições credenciadas e/ou parcerias, nos termos da Resolução Administrativa nº 01/2011, art. 3º, III:

III - firmar convênios com instituições credenciadas de ensino superior, por meio do TCE-TO, para promover cursos superiores de tecnologia, de especialização, de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu

Consecutivamente, o compromisso do ISCON com a educação continuada se fortifica ao regulamentar na Resolução Administrativa nº 02/2002 os critérios e incentivos para membros e servidores que buscam cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

Além disso, o programa visa incentivar a participação dos membros e servidores em eventos, palestras e conferências relacionadas ao campo de atuação do Tribunal. Essas atividades externas são substancialmente uma oportunidade de atualização e troca de conhecimentos com outros profissionais da área.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

6.1.1	Programa de Formação e Educação Continuada (Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão)
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (MPGPP FGV EAESP)
Processo SEI	24.001628-9
Objetivo (s)	
Qualificar esses profissionais com conhecimentos e habilidades voltados ao aprimoramento de sua atividade profissional, de modo a lhes tornar mais efetivos e dotados da capacidade de liderar processos de inovação em suas organizações. Por isso o curso se compõe de uma grade de disciplinas obrigatórias que abarca gestão pública, a economia política, economia do setor público, ciência política, sociologia e políticas públicas e metodologia científica.	
Diagnóstico da Necessidade	
<p>1. Aprimoramento das Competências Técnicas e Gerenciais O Tribunal de Contas desempenha um papel essencial na fiscalização e no controle externo da gestão pública, o que exige servidores altamente qualificados. O MPGPP FGV EAESP oferece uma formação interdisciplinar que alia gestão, análise de políticas públicas e inovação, proporcionando ferramentas para aprimorar a tomada de decisão e a eficiência das ações de controle.</p> <p>2. Contribuição para a Melhoria da Gestão Pública O curso capacita os servidores a analisar e propor políticas públicas com base em evidências e melhores práticas, alinhando-se à missão do Tribunal de contribuir para a boa governança. A abordagem prática do mestrado pode gerar resultados diretos para o aprimoramento dos processos internos do Tribunal e para o impacto positivo na administração pública fiscalizada.</p> <p>3. Fomento à Inovação e à Transformação Digital O conhecimento adquirido pelos servidores pode ser aplicado no desenvolvimento de novas metodologias e ferramentas para auditoria, fiscalização e análise de políticas públicas, incluindo a incorporação de tecnologias emergentes. Iniciativas de transformação digital, transparência e accountability são fortalecidas com a formação acadêmica e prática proporcionada pelo curso.</p> <p>4. Alinhamento Estratégico com as Demandas da Sociedade A sociedade demanda cada vez mais eficiência, ética e transparência na gestão dos recursos públicos. A formação no MPGPP contribui para que os servidores do Tribunal estejam preparados para atender essas expectativas. A interação com profissionais de diferentes áreas no mestrado enriquece a capacidade dos servidores de compreender as dinâmicas inter setoriais e de articular soluções integradas.</p> <p>5. Fortalecimento da Instituição A qualificação dos servidores reflete diretamente na elevação do desempenho institucional do Tribunal de Contas, contribuindo para que ele exerça suas funções de controle externo com maior eficácia. O investimento na formação dos servidores é um passo estratégico para assegurar que a instituição acompanhe as mudanças no cenário da gestão pública e se mantenha como uma referência em sua área de atuação.</p>	
Conteúdo Programático	
<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Pública Contemporânea • Orçamento e Finanças públicas • Teoria Política • Estado e Sociedade • Análise de Políticas Sociais • Avaliação e Análise de dados e Metodologia de Pesquisa Aplicada. 	

6.1.2	Programa de Formação e Educação Continuada (Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão)
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	GOVERNANÇA PÚBLICA E CONTROLE EXTERNO NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS'
Processo SEI	23.005085-9
Objetivo (s)	
Capacitação e aperfeiçoamento de pessoal por meio de cursos de pós-graduação stricto sensu, doutorado profissional, voltado para o desenvolvimento de competências relacionadas à análise de políticas públicas, com vistas a melhorar a eficiência da gestão sistêmica do TCE, através do desenvolvimento de atividades de ensino pesquisa e extensão.	
Diagnóstico da Necessidade	
A governança pública efetiva e o controle externo rigoroso são essenciais para assegurar o uso responsável e transparente dos recursos públicos, além de contribuir para impulsionar o desenvolvimento sustentável nos municípios.	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

O projeto "Governança Pública e Controle Externo no Tribunal de Contas do Estado do Tocantins" se fundamenta em três pilares centrais: análise e monitoramento de políticas públicas, fomento ao desenvolvimento municipal e implementação de práticas de gestão e controle social. Esses pilares foram escolhidos para abordar aspectos fundamentais da governança e do controle, justificando a execução deste projeto de pesquisa:

Análise e Monitoramento de Políticas Públicas: Emprega técnicas avançadas de análise de dados para avaliar a eficácia das políticas públicas, essencial para o aprimoramento contínuo e a alocação eficiente dos recursos, visando o alcance dos objetivos governamentais e o benefício à população.

Fomento ao Desenvolvimento Municipal: Visa reforçar os municípios por meio de consórcios intermunicipais e políticas de desenvolvimento local, estimulando a cooperação e a adoção de estratégias de desenvolvimento ajustadas às necessidades locais, promovendo um desenvolvimento municipal mais integrado e sustentável.

Práticas de Gestão e Controle Social: Desenvolver metodologias que fomentam a participação cidadã no controle dos recursos públicos, reforçando a transparência e a responsabilidade governamental, pilares essenciais para a democracia e a gestão eficaz.

Este projeto pretende os desafios atuais da administração pública, integrando inovação, colaboração intermunicipal e engajamento cidadão para fortalecer a governança e o controle externo em Tocantins. Sua implementação não só melhorará as operações do TCE-TO, mas também promoverá um impacto duradouro na gestão pública em todo o estado, incentivando desenvolvimento, eficiência e equidade.

Para aprimorar a governança municipal e garantir o uso eficiente dos recursos, o TCETO adotará um papel ativo no desenvolvimento de estratégias, assegurando que os municípios disponham das ferramentas e conhecimentos necessários para uma gestão eficiente.

Conteúdo Programático

Créditos Obrigatórios (Estado e Gestão Pública, Formulação de Políticas Públicas, Avaliação de Políticas Públicas, Políticas Públicas, Instituições e Desenvolvimento Sócio Territorial, Seminários Metodológicos e Residência em Políticas Públicas); I- Dinâmicas Institucionais e Avaliação de Políticas Públicas (Gestão Social, Planejamento Estratégico e Governamental, Federalismo e Dinâmicas Territoriais, Estudos de Organização Pública, Gestão de Projetos Públicos e Tópicos em Políticas Públicas I); II - Educação, Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Territorial (Políticas de Educação e Desenvolvimento Territorial, Políticas de Ciência e Tecnologia); III- Políticas Públicas, Promoção de Direitos e Dinâmicas Territoriais (Teorias da Justiça, Território, Política e Justiça Ambiental, Segurança Humana e Desenvolvimento Social e Tópicos em Políticas Públicas); Disciplinas Metodológicas (Análise de Dados em Políticas Públicas e Métodos Qualitativos Aplicados) e outros (Oficina de Dissertação e Oficina de Tese).

6.2 Programa de Educação Permanente

O Programa de Educação Permanente objetiva a realização de Ações Educacionais/Eventos estruturados no desenvolvimento das competências gerenciais, organizacionais, técnicas e comportamentais com o objetivo de aperfeiçoamento profissional, a seguir detalhadas:

6.2.1 Ações de Educação para Membros e Servidores –TCE-TO

6.2.1.1	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Competência Técnica
Tema Geral	CURSOS CONTÍNUOS - EAD
Processo SEI	
Objetivo (s)	
	Capacitar os servidores na utilização de instrumentos ferramentas e programas utilizados no âmbito do Tribunal de Contas.
Diagnóstico da Necessidade	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Conhecimento e aperfeiçoamento das competências e habilidades dos servidores para as práticas laborais.

Conteúdo Programático

1. SEI
2. E-CONTAS
3. TEANS
4. SIAFETO (4 módulos)
5. SISTEMA DE BENEFÍCIOS
6. EXCEL INTERMEDIÁRIO (NOVO)
7. POWER BI (novo)

6.2.1.2	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Organizacionais e Gerenciais
Tema Geral	ANÁLISE E MELHORIA DE PROCESSOS
Processo SEI	24.004492-4 (0765374)
Objetivo (s)	Capacitar os servidores do Tribunal de Contas do Tocantins na análise e melhoria de processos utilizando as práticas de Business Process Management (BPM), promovendo a eficiência, transparência e eficácia nas atividades institucionais.
Diagnóstico da Necessidade	O gerenciamento de processos avalia a efetividade das rotinas. Desse modo, os gestores das unidades técnicas e administrativas do TCE alcançarão celeridade, redução de erros e retrabalho. A atualização se faz necessária para manter os processos aperfeiçoados. Os Tribunais de Contas enfrentam desafios relacionados à complexidade dos processos de negócio e à demanda por maior eficiência e transparência. A necessidade de otimização de processos é crítica para garantir a efetividade das auditorias e a prestação de contas. Além disso, a capacitação em BPM permitirá que os servidores identifiquem gargalos, eliminem desperdícios e implementem melhorias contínuas.
Conteúdo Programático	<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução ao BPM Conceitos fundamentais Importância do BPM no setor público 2. Mapeamento de Processos Técnicas de modelagem (BPMN) Identificação de entradas, saídas e stakeholders 3. Análise de Processos Identificação de gargalos e ineficiências Ferramentas de análise (ex.: SIPOC, 5W2H) 4. Melhoria de Processos Metodologias de melhoria (Lean, Six Sigma) Implementação de soluções 5. Automação de Processos Ferramentas e tecnologias para automação Vantagens da automação no setor público 6. Monitoramento e Controle KPIs e métricas de desempenho Ferramentas para monitoramento contínuo 7. Estudo de Casos e Práticas Análise de casos reais no setor público Exercícios práticos em grupos

6.2.1.3	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
----------------	---

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Organizacionais e Gerenciais
Tema Geral	GERENCIAMENTO DE PROJETO, PROGRAMA E PORTFÓLIO
Processo SEI	24.004492-4 (0783251)
Objetivo (s)	
O objetivo do curso de Gerenciamento de Projetos com Base no PMBOK é capacitar os participantes a aplicarem os conceitos, processos e boas práticas recomendadas pelo PMBOK (Project Management Body of Knowledge) no gerenciamento de projetos. O curso visa proporcionar uma compreensão sólida das principais áreas de conhecimento e processos envolvidos no ciclo de vida dos projetos, preparando os participantes para gerenciar projetos de maneira eficiente e eficaz, com foco na entrega de resultados de alta qualidade, dentro dos prazos e orçamentos estabelecidos.	
Diagnóstico da Necessidade	
O crescente número de projetos complexos e interligados dentro da administração pública exige que os servidores e gestores do Tribunal de Contas possuam uma formação sólida e atualizada em técnicas de gerenciamento de projetos. A utilização de boas práticas internacionais, como as do PMBOK, possibilita uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e aumenta a probabilidade de sucesso dos projetos institucionais.	
Além disso, com a implementação de processos formais de gestão de projetos, o Tribunal de Contas pode melhorar o acompanhamento, controle e fiscalização das iniciativas, garantindo maior transparência e eficiência na execução dos projetos relacionados à sua função fiscalizadora.	
Conteúdo Programático	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução ao Gerenciamento de Projetos Definição e importância do gerenciamento de projetos O PMBOK e sua aplicação Ciclo de vida dos projetos e as partes interessadas 2. Áreas de Conhecimento do PMBOK Integração de Projetos: Plano de gerenciamento de projetos, monitoramento e controle Escopo do Projeto: Planejamento, definição e controle do escopo Tempo do Projeto: Planejamento, estimativa e controle de prazos Custos do Projeto: Orçamentação, controle de custos e gestão financeira Qualidade do Projeto: Planejamento da qualidade, controle e garantia de qualidade Recursos Humanos: Planejamento e desenvolvimento da equipe de projetos Comunicações: Planejamento, gestão e monitoramento das comunicações Riscos: Identificação, análise, planejamento e controle de riscos Aquisições: Gestão de contratos e aquisições Partes Interessadas: Identificação, gestão e engajamento das partes interessadas 3. Metodologias Ágeis e o PMBOK Introdução aos métodos ágeis Aplicação de práticas ágeis em projetos com o PMBOK 4. Ferramentas e Técnicas de Gerenciamento de Projetos Software de gerenciamento de projetos Ferramentas para análise de risco, cronograma e orçamento 5. Estudo de Casos Análise de projetos reais Aplicação dos conceitos e práticas do PMBOK em situações práticas 	

6.2.1.4	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Organizacionais e Gerenciais
Tema Geral	GESTÃO DE RESULTADOS (CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO PARA A GESTÃO PÚBLICA)
Processo SEI	24.004492-4 (0765202)
Objetivo (s)	
Capacitar gestores e servidores públicos a desenvolver, implementar e avaliar indicadores de desempenho eficazes, que possibilitem o monitoramento e a melhoria contínua da gestão pública, promovendo a transparência e a accountability.	
Diagnóstico da Necessidade	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

A análise das práticas de gestão pública revelou que muitos órgãos enfrentam dificuldades na definição e uso de indicadores de desempenho, o que impacta negativamente na avaliação da eficiência e eficácia das políticas públicas. A falta de indicadores claros e objetivos prejudica a tomada de decisões e a capacidade de prestar contas à sociedade. Portanto, a capacitação é essencial para dotar os servidores de ferramentas e conhecimentos que lhes permitam construir e utilizar indicadores adequados às suas realidades e necessidades.

Conteúdo Programático	
	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do desempenho para a gestão e sustentabilidade da organização. • Gestão por resultados nas organizações públicas. • Indicadores: conceituação, características e classificação. • Gerenciamento: o contexto de utilização dos indicadores de desempenho. • Construção de indicadores de resultados e sua utilização na gestão estratégica. • Elaboração de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade. • Utilização dos indicadores no monitoramento e na avaliação do desempenho dos macroprocessos e processos organizacionais. • Estabelecimento de metas de desempenho, valores e prazos. • Elaboração do Plano de Implementação dos Indicadores de Desempenho. • Gestão de processos e macroprocessos utilizando Indicadores e o ciclo do PDCA. • Exercícios de aplicação prática dos conceitos e da metodologia.

6.2.1.5	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	AUDITORIA DE CONFORMIDADE NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, COM METODOLOGIAS DE AFERIÇÃO DE SOBREPREGO E SUPERFATURAMENTO
Processo SEI	24.004492-4 (0772225) e (0787728)
Objetivo (s)	Capacitar os servidores do controle externo no uso de metodologias adequadas para aferição de sobrepreço/superfaturamento em auditorias de conformidade, de forma a padronizar os procedimentos, utilizando fontes de comparação confiáveis e técnicas bem descritas e delimitadas, com baixas possibilidade de falhas.
Diagnóstico da Necessidade	No exercício do controle externo há dificuldade em adotar metodologias adequadas e confiáveis para aferição de sobrepreço e superfaturamento em auditorias de conformidade. Seja em relação a fontes confiáveis para comparação, seja em relação a metodologias adequadas para cada tipo de objeto, a dificuldade é vista no dia a dia de trabalho de cada servidor, sendo necessário a capacitação para dirimir dúvidas e facilitar os trabalhos.
Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> - Diferenças e tipos de sobre preço e superfaturamento; - Base de dados para análise de compatibilidade de preços (bases de dados específicas por área fiscalizada e bases de dados gerais); - Portal Nacional de Contratações Públicas; - Conceitos de estatística básica; - Métodos quantitativos; - Métodos qualitativos; - Metodologias para aferição de sobre preço/superfaturamento (Curva ABC, Média, Mediana, Análise de Percentil, entre outros); - Análise de preços médios de mercado quando ausente fontes de aferição; - Como identificar itens para comparação quando não há padronização do item licitado; - Atividades práticas.
Conteúdo Específico para Auditoria em Educação:	<ul style="list-style-type: none"> - Ciclo da Auditoria segundo a NBASP 100: planejamento, execução e relatório - Planejamento: elementos da Educação, temas comumente fiscalizados, novas abordagens, construção de papéis de trabalho - Execução: evidências, comunicação com o gestor, gestores da Educação - Relatório: recomendações construtivas, linguagem simples - Monitoramento: comunicação continuada.

6.2.1.6	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	CICLO DA FISCALIZAÇÃO: OFICINAS PRÁTICAS
Processo SEI	24.004492-4 (0786255)
Objetivo (s)	
Oferecer aos servidores do controle externo oficinas práticas e modulares sobre temas relevantes para a otimização na prática dos trabalhos de fiscalização.	
Diagnóstico da Necessidade	
<ul style="list-style-type: none"> - Resultado da análise da qualidade das auditorias - Resultado da análise da qualidade da fiscalização concomitante - Resultado do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (ATRICON) - Resultado da aplicação de matriz swot com as chefias imediatas das unidades técnicas do Controle Externo. 	
Conteúdo Programático	
<ul style="list-style-type: none"> • Resultados dos comitês de qualidade das auditorias e das fiscalizações concomitantes e do MMD-TC • Plano Anual de Fiscalizações • Auditoria híbrida (presencial e remota) • Tomada de contas especiais • Representação • Práticas de auditoria (papéis de trabalho, matrizes e relatórios) • Redação de medidas cautelares • Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) • Matriz de risco • Boas práticas para o alinhamento das fiscalizações aos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU • Responsabilização • Benefícios gerados pelas fiscalizações (como identificar; como calcular e como registrar na peça técnica e no sistema de benefícios) • Soluções consensuais de conflito (TAG) 	

6.2.1.7	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	COMPLIANCE INTELIGENTE: O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA INTEGRIDADE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.
Processo SEI	24.004492-4 (0756616) e (0750244)
Objetivo (s)	
<p>O curso "Inteligência artificial na fase de planejamento da contratação" tem como principal propósito capacitar os participantes na utilização do Chat GPT e similares na elaboração de documentos atinentes a fase de planejamento das contratações do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.</p> <p>Otimizar e modernizar as técnicas de planejamentos nas contratações do TCE/TO.</p> <p>Impactar positivamente as contratações com eficiência e economicidade.</p> <p>Melhorar os processos de contratações públicas e aprimoramento dos mecanismos de <i>compliance</i> e da atividade fiscalizatória no Brasil, por meio do uso de novas ferramentas tecnológicas para detecção e prevenção de fraudes em licitações e compras públicas, em especial o uso da inteligência artificial (IA).</p>	
Diagnóstico da Necessidade	
<p>A nova Lei de Licitações e Contratos estabeleceu o processo administrativo eletrônico como regra, visando tornar as compras públicas mais céleres e eficientes. Assim, o Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e a consolidação do processo administrativo eletrônico como regra nos processos de contratações públicas foram marcos importantes para a aplicação de novas tecnologias e a adaptação do ambiente licitatório às mudanças.</p> <p>O artigo 169 da Nova Lei de Licitações, que consigna expressamente a adoção de recursos de tecnologia da informação para as atividades de controle das compras públicas:</p> <p style="text-align: center;">Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa.</p> <p>O uso de IAs pela administração pública, já vem acontecendo, inclusive, pelos órgãos de controle, mostrando-se um importante instrumento que contribui para a governança das contratações públicas.</p>	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Em pesquisa, foi possível constatar as seguintes vantagens: propicia a estruturação de dados, organiza documentos em processo administrativo, realiza cruzamento de dados, tem capacidade para reduzir a termo, de forma automatizada, as sessões públicas gravadas em áudio e vídeo, apoiar o processo de redação de relatórios, decisões e documentos em geral, com correção de texto e sugestão de jurisprudência e doutrina que podem ter relação com o caso concreto, além de, empreender a anonimização de possíveis dados sensíveis e sigilosos, em atenção às regras impostas pela Lei de Acesso à Informação e pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), criar padronização e acervos de Pareceres, decisões administrativas e de modelos de atos administrativos a serem compartilhados entre os servidores públicos e as unidades de controle dos órgãos e das entidades, entre outros.

Ante ao exposto, é de suma importância que os servidores envolvidos no processo de contratações públicas sejam capacitados para utilização de IAs.

Conteúdo Programático

- Como utilizar o Chat GPT e similares;
- Importância da fase de planejamento e os benefícios da utilização da IA;
- Cuidados e prudência na utilização da IA.

6.2.1.8	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	CONTRATAÇÕES, COMPRAS PÚBLICAS, PADRONIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS SEGUNDO A LEI 14.133/2021.
Processo SEI	24.004492-4 (0756626) e (0750215)
Objetivo (s)	Capacitar os participantes para aplicar a Lei nº 14.133/2021 na elaboração de documentos essenciais, como Estudo Técnico Preliminar (ETP), Mapa de Risco, Termo de Referência e Projeto Básico, com base nas melhores práticas da Administração Pública e nas orientações do TCU e do TCE/TO (RA nº 7/2023).
Diagnóstico da Necessidade	<p>O diagnóstico da necessidade...fundamenta-se na identificação de deficiências nos processos de trabalho relacionados à elaboração dos artefatos essenciais para a contratação pública. Algumas deficiências identificadas são:</p> <p>Falta de Conhecimento Específico: Identificou-se uma carência de conhecimento específico entre os profissionais envolvidos na elaboração dos artefatos de planejamento, como o Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Risco, Termo de Referência e Projeto Básico. A ausência de entendimento detalhado sobre esses documentos pode comprometer a qualidade dos processos de contratação.</p> <p>Desatualização em Relação à Nova Legislação: Observou-se uma deficiência na compreensão das mudanças introduzidas pela Lei nº 14.133/2021 e pela Resolução Administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (RA TCE/TO nº 7/2023). A desatualização em relação a essas normativas pode resultar em práticas desalinhadas e não conformes com as exigências legais mais recentes.</p> <p>Fragilidades na Gestão de Riscos: Identificaram-se fragilidades na abordagem e gestão de riscos durante a elaboração dos artefatos de planejamento. A falta de procedimentos eficazes para identificar, avaliar e mitigar riscos pode comprometer a execução eficiente dos contratos e a entrega de resultados satisfatórios.</p> <p>Ausência de Visão Sistêmica na Contratação Pública: Observou-se uma lacuna na visão sistêmica dos profissionais em relação à contratação pública. A falta de compreensão sobre a interconexão entre as fases do processo, desde o planejamento até a execução contratual, pode resultar em abordagens fragmentadas e subestimada.</p> <p>Ineficiências na Elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico: Foi identificada uma falta de eficiência na elaboração do Termo de Referência e Projeto Básico. Isso inclui deficiências na incorporação de requisitos legais essenciais, prejudicando a clareza e a eficácia desses documentos cruciais para a contratação pública.</p> <p>Desconhecimento dos Impactos Normativos: Verificou-se que há um desconhecimento significativo sobre os impactos das normativas recentes, como a Lei nº 14.133/2021 e a RA TCE/TO nº 7/2023. Essa falta de conscientização pode levar a práticas desatualizadas e não conformes com as diretrizes estabelecidas.</p> <p>Necessidade de Integração entre Áreas Envolvidas: Identificou-se a necessidade de fortalecer a integração e colaboração entre as diferentes áreas envolvidas nos processos de contratação pública, garantindo uma abordagem coesa e alinhada com os objetivos institucionais.</p> <p>Diante dessas deficiências identificadas, fica evidente a necessidade de um curso que aborde de forma prática e aprofundada a elaboração dos artefatos de planejamento, bem como a atualização em relação à legislação vigente e o desenvolvimento de competências essenciais para uma contratação pública eficaz e em conformidade com as normativas aplicáveis. O curso proposto</p>

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

visa preencher essas lacunas, capacitando os profissionais para superar essas deficiências e fortalecer os processos de trabalho relacionados à contratação pública.

Conteúdo Programático

Módulo 1: Introdução e Contextualização

1.1. Panorama Atual da Contratação Pública no Brasil

Breve contextualização das mudanças introduzidas pela Lei nº 14.133/2021.

Visão geral da Resolução Administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (RA-TCE/TO nº 7/2023).

1.2. Importância dos Artefatos de Planejamento

Discussão sobre o papel fundamental dos documentos na eficácia dos processos de contratação.

Relação entre os artefatos e a garantia da legalidade e transparência.

Módulo 2: Documento de Formalização de Demanda

2.1. Conceito e Finalidade

Entendimento do Documento de Formalização de Demanda como ponto de partida do processo.

Destaque para a identificação clara dos objetivos e necessidades da contratação.

2.2. Requisitos e Estruturação

Detalhamento dos requisitos legais e boas práticas para estruturação do Documento de Formalização de Demanda.

Módulo 3: Estudo Técnico Preliminar (ETP)

3.1. Fundamentos do ETP

Exploração dos fundamentos e importância do Estudo Técnico Preliminar na fase inicial do planejamento.

Análise crítica da legislação vigente e da RA-TCE/TO nº 7/2023 aplicáveis ao ETP.

3.2. Elaboração Prática do ETP

Exercícios práticos para desenvolvimento de um ETP, considerando os requisitos específicos da nova legislação.

Módulo 4: Mapa de Risco na Contratação Pública

4.1. Entendimento do Mapa de Risco

Abordagem sobre o conceito e a importância do Mapa de Risco na gestão de contratações.

Alinhamento do Mapa de Risco com os princípios da Lei nº 14.133/2021 e da RA-TCE/TO nº 7/2023.

4.2. Elaboração Prática do Mapa de Risco

Exercícios práticos para a identificação, avaliação e mitigação de riscos específicos em um contexto de contratação pública.

Módulo 5: Pesquisa de Preço na Contratação Pública

5.1. Fundamentos e importância da pesquisa de preço.

5.2. Metodologias e fontes confiáveis para pesquisa de preço.

5.3. Aplicação prática da pesquisa de preço na elaboração dos artefatos de planejamento

Módulo 6: Termo de Referência e Projeto Básico

6.1. Importância e Distinção entre Termo de Referência e Projeto Básico

Clarificação das diferenças e complementaridades entre esses dois artefatos.

Abordagem sobre as exigências legais específicas para a elaboração de cada documento.

6.2. Estruturação e Detalhamento

Orientações detalhadas para a estruturação eficaz de Termo de Referência e Projeto Básico, considerando os requisitos legais atualizados.

Módulo 7: Discussão de Casos e Boas Práticas do TCE/TO

7.1. Aplicação dos Conceitos Aprendidos

Discussão de casos reais e práticos relacionados à elaboração dos artefatos de planejamento, casos reais do TCE/TO.

Discussão de boas práticas e lições aprendidas.

Módulo 8: Adequação à Legislação e Normativas Atuais

8.1. Adaptação dos Processos à Lei nº 14.133/2021 e à RA-TCE/TO nº 7/2023

Estratégias para garantir a conformidade dos processos de planejamento com as normativas mais recentes.

Discussão sobre desafios e soluções práticas.

Apresentação de boas práticas verificadas em outros órgãos;

Módulo 9: Aspectos Éticos na Elaboração dos Artefatos de Planejamento

9.1. Considerações éticas na condução do processo de planejamento.

9.2. A importância da transparência e integridade nos documentos elaborados.

6.2.1.9	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	CURSO PRÁTICO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL E RPPS
Processo SEI	24.004492-4 (0756623) e (0782920)
Objetivo (s)	Capacitar os servidores que lidam com processos de atos de pessoal, especialmente em temas relacionados ao regime de previdência dos servidores públicos, considerando as mudanças trazidas pela Emenda Constitucional nº 52/2023 e pela Lei Complementar nº 150/2023.
Diagnóstico da Necessidade	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Reforma do RPPS dos servidores públicos do estado do Tocantins, por meio da Emenda Constitucional nº 52, de 14 de dezembro de 2023 e Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

Conteúdo Programático

- Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).
- Regras Permanentes de transição para os servidores estaduais.
- Custeio.
- Segurados.
- Dependentes.
- Aposentadorias Voluntárias e Involuntárias.
- Ordinárias e Extraordinárias.
- Pensão por morte.
- Reajustamento. A
- Abono Permanência.
- Unidade gestora.
- Pontors controvertidos.
- Impactos da Emenda 103/2019 (reforma da previdência) no RPPS Estadual.
- Emenda Constitucional nº 52, de 14 de dezembro de 2023 e Lei Complementar nº 150, de 20 de dezembro de 2023.

6.2.1.10	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	DISPENSA ELETRÔNICA COM PRÁTICA NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR
Processo SEI	24.004492-4 (0750239) e (0752547)
Objetivo (s)	
O curso "Dispensa Eletrônica com prática no sistema compras.gov.br" tem como principal propósito capacitar os participantes na implementação da Dispensa Eletrônica no Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.	
Ampliar o número de interessados a contratar com o TCE/TO.	
Aplicar o art. 90 da Resolução Administrativa nº 7/2023, que previu que as contratações diretas referentes à hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133/2021 (dispensa em razão do valor), poderão ser realizadas por meio de sistema de dispensa eletrônica.	
Impactar positivamente as contratações com eficiência e economicidade.	
Diagnóstico da Necessidade	
Com o advento da Lei nº 14.133/2021, foi dado o protagonismo às seleções de fornecedores por meio eletrônico, de modo a ampliar o número de interessados a contratar com a administração pública. A Resolução Administrativa nº 7/2023, que regulamentou a aplicação da NLLC no âmbito do TCE/TO, previu no art. 90 que as contratações diretas referentes à hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133/2021 (dispensa em razão do valor), poderão ser realizadas por meio de sistema de dispensa eletrônica.	
Atualmente, esta Corte de Contas não implementou a dispensa eletrônica, selecionando os fornecedores em cotações diretas, assim como era realizado na Lei nº 8.666/93. Desta forma, é medida relevante capacitar os servidores envolvidos nas contratações do TCE/TO para a implementação desta inovadora forma de seleção dos fornecedores, e assim, impactar positivamente as contratações com eficiência e economicidade.	
Conteúdo Programático	
<ul style="list-style-type: none"> • Dispensa de pequeno valor - procedimentos para formalização • Critérios para avaliação do fracionamento da despesa • Quando é conveniência a utilização da dispensa eletrônica • Documentos de habilitação • Elaboração do aviso de contratação direta • Prática da dispensa eletrônica no sistema compras.gov.br 	

6.2.1.11	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Técnicas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Tema Geral	DOLO E CULPA NO ÂMBITO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS
Processo SEI	24.004492-4 (0772229)
Objetivo (s)	
Capacitar os servidores a identificar de forma correta a culpabilidade dos agentes públicos (dolo e culpa) quando da realização dos procedimentos de fiscalização.	
Diagnóstico da Necessidade	
Dolo e culpa são conceito de difícil elucidação no âmbito dos processos nos Tribunais de Contas. Os procedimentos de fiscalização, dada a dificuldade ou mesmo desconhecimento dos agentes atuantes, limitam-se na maioria das vezes a indicar condutas como "minimamente culposas", sendo necessário capacitar de forma aprofundada os servidores que atuam na fiscalização de contas públicas para que possam identificar de forma correta qual o elemento subjetivo da conduta dos agentes responsáveis por irregularidades no trato das contas públicas.	
Conteúdo Programático	
<ul style="list-style-type: none"> • Injusto penal e injusto administrativo • Conceito de dolo e culpa • Teorias do dolo • Teorias da culpa • Dolo eventual e culpa consciente • Dolo e culpa no direito administrativo • Dolo e culpa nos processos perante os Tribunais de Contas • Imputação objetiva e imputação subjetiva • Injusto, responsabilidade e imputação objetiva no âmbito dos TC's • Injusto, responsabilidade e imputação subjetiva objetiva no âmbito dos TC's • Identificando condutas dolosas e culposas no âmbito dos TC's • Casos práticos. 	

6.2.1.12	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS ADVINDOS DE TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS (EMENDA PIX).
Processo SEI	24.004492-4 (0786938)
Objetivo (s)	
Oferecer aos servidores do controle externo oficina prática sobre fiscalização da aplicação de recursos advindos de transferências especiais (emenda pix).	
Diagnóstico da Necessidade	
- Resultado do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (ATRICON)	
- Resultado da aplicação de matriz swot com as chefias imediatas das unidades técnicas do Controle Externo.	
Conteúdo Programático	
<ul style="list-style-type: none"> • Competência dos entes federados para a fiscalização de emenda pix • O papel dos tribunais de contas na fiscalização de emenda pix • Como realizar uma fiscalização de emenda pix: instrumentos de fiscalização disponíveis; principais fontes de critérios a serem analisados; boas práticas de fiscalização de emenda pix • Estudo de caso. 	

6.2.1.13	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM CONSONÂNCIA COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.
Processo SEI	24.004492-4 (0758725)
Objetivo (s)	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Abordar os principais temas sobre fiscalização da execução orçamentária e entendendo os relatórios da lei de responsabilidade fiscal (RREO, RGF E MSC).

Diagnóstico da Necessidade

A necessidade do curso está em capacitar servidores ligados ao fluxo processual da execução orçamentária, contábil, fiscal e a correta interpretação dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (RREO, RGF e MSC). Esse conhecimento é fundamental para garantir a transparência, o cumprimento da legislação e a boa gestão dos recursos públicos, evitando irregularidades e promovendo equilíbrio fiscal.

Conteúdo Programático

Módulo I

O Orçamento Público, Conceito, Histórico, Funções, Princípios, Receita Corrente, Receita de Capital, Despesa Corrente, Despesa de Capital, Créditos Adicionais, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Módulo II - A Transparência da Gestão Fiscal, A Lei de Responsabilidade Fiscal, O Relatório Resumido da Execução Orçamentária na Prática, O Relatório de Gestão Fiscal na Prática, Despesa total com pessoal, Operações de Crédito, Empenho, Liquidação, Pagamento, Restos a Pagar, Processados Restos a Pagar, não Processados e O que Relevante saber sobre MSC.

Módulo III - A Fiscalização da Execução Orçamentária, O que é a Execução Orçamentária, Como Fiscalizar, Medidas a serem Adotadas, O papel da Comissão Permanente de Orçamento e Finanças, Os Requerimentos de Informações, Convocações de Secretários, Audiências Públicas, CPI Denúncias ao MP, Denúncias ao TCE e Outras Providências Cabíveis.

6.2.1.14	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
Processo SEI	24.004492-4 (0762156) e (0761642)
Objetivo (s)	
O curso tem por objetivo valorizar a área de almoxarifado e patrimônio e aproximá-la da execução financeira, de maneira que os conhecimentos não fiquem estanques. É indispensável o correto tratamento físico e contábil dos bens, além de uma rotina para o controle do patrimônio, seu desfazimento, sua escrituração, sua depreciação e reavaliação e o cálculo de estoques.	
Diagnóstico da Necessidade	
É indispensável o correto tratamento físico e contábil dos bens, assim o diagnóstico aponta a necessidade de integrar almoxarifado e patrimônio à execução financeira, garantindo controle adequado de bens, correta escrituração, depreciação, reavaliação e gestão de estoques.	
Conteúdo Programático	
<p>Noções Básicas de Execução Financeira, Orçamentária e Contábil (Atualizado pelo MCASP)</p> <ul style="list-style-type: none"> •Orçamento. Classificação Institucional, Funcional, Programática e por Natureza da Despesa. •Restos a pagar e Despesa de Exercícios Anteriores. Suprimento de Fundos (Adiantamentos). •Consolidação das contas públicas •Estudo de Caso -Discussão de Assuntos Polêmicos •Impropriedades encontradas na classificação orçamentária que acarretam erros na contabilidade patrimonial. <p>Patrimônio</p> <ul style="list-style-type: none"> •Preceitos constitucionais. Formação, preservação e classificação. Agregação de valor aos Ativos Imobilizado e Intangível. Classificação patrimonial de material oriundo de serviços. •Foro e Laudêmio. •Estudo de Caso -Normas de Controle Interno de Almoxarifado, Bens Móveis e Imóveis (Roteiro) •Incorporação X Patrimônio X Obras em andamento <p>Material e Almoxarifado</p> <ul style="list-style-type: none"> •Consumo e Permanente. Parâmetros excludentes de material permanente. Recebimento Provisório e Definitivo. Renovação e Saneamento de estoques. Cálculos dos Estoques Mínimo e Máximo, Consumo Médio, Ponto de Ressuprimento e Quantidade a Ressuprir. Tipos e finalidades dos Inventários. Controle de bens. Sistema Básico de Material. Processos de Fornecimento. Estoques Patrimoniais. Guarda e Conservação. •Estudo de Caso - Prática para cálculo de estoques. 	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

<p>Movimentação de material (Almoxarifado e Patrimônio)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incorporações e orçamentárias e extra orçamentárias. Desincorporação. Relatórios de Almoxarifado-RMA e de Bens Móveis-RMBI. Comodato. <p>Desfazimento de Bens Móveis</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixas Patrimoniais. Normas de desfazimento de bens móveis com ênfase em veículos e material de TI. Transferência, Doação, Cessão e Tipos de Alienação. Abandono. SIADS e REUSE. Almoxarifado Virtual. • Estudo de Caso - Discussão de Assuntos Polêmicos - Impropriedades na agregação de ativos <p>Depreciação e Reavaliação</p> <p>NBCT 16.9 e 16.10</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação, reavaliação e depreciação. • Conceitos, responsabilidades e procedimentos. • Estudo de Caso - Discussão de Assuntos Polêmicos - Bens adquiridos antes da nova legislação; Bens com valores defasados; Avaliação e Reavaliação • Teste de Recuperabilidade
--

6.2.1.15	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS À LUZ DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES
Processo SEI	24.004492-4 (0750200)
Objetivo (s)	
<p>O objetivo principal do curso é capacitar os gestores e fiscais, de modo a permitir que, ao seu término, possam sistematizar eficientemente os procedimentos necessários para a gestão e fiscalização dos contratos. Essa sistematização engloba a aplicação prática das normas da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) e da Resolução Administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (RA TCE/TO nº 7/2023), visando assegurar o correto adimplemento das obrigações contratuais.</p> <p>Além disso, busca-se desenvolver nas equipes a capacidade crítica de avaliação de cada procedimento adotado na gestão contratual. Os participantes do curso serão incentivados a compreender não apenas o "como" realizar os procedimentos, mas também o "porquê" por trás de cada etapa do processo. Isso implica uma análise reflexiva e crítica das práticas adotadas, permitindo que os gestores e fiscais identifiquem oportunidades de aprimoramento, antecipem potenciais desafios e estejam aptos a tomar decisões embasadas.</p> <p>Portanto, ao atingir esse objetivo, espera-se que os participantes estejam aptos a aplicar os conhecimentos adquiridos de maneira prática e crítica, elevando a qualidade da gestão e fiscalização de contratos no contexto da administração pública.</p>	
Diagnóstico da Necessidade	
<p>As deficiências identificadas nos processos de trabalho que servem como base para a solicitação do curso são as seguintes:</p> <p>Desconhecimento da Nova Legislação: Observa-se uma lacuna significativa no entendimento e aplicação da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021). A ausência de conhecimento acerca das novas diretrizes pode resultar em práticas desatualizadas e não conformes com as exigências legais mais recentes.</p> <p>Falta de Adequação às Inovações Normativas: A Resolução Administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (RA TCE/TO nº 7/2023) introduziu alterações específicas nas práticas do órgão. A ausência de uma adaptação eficaz a essas inovações normativas pode gerar inconsistências nos processos de gestão contratual.</p> <p>Carência de Procedimentos Padronizados: A falta de procedimentos padronizados para a gestão e fiscalização de contratos pode resultar em abordagens inconsistentes e dificultar a aplicação eficaz das normativas. A necessidade de estabelecer diretrizes claras é evidente para garantir a uniformidade e eficiência nas práticas.</p> <p>Riscos de Fiscalização Ineficaz: A gestão contratual envolve riscos substanciais, e a falta de capacitação adequada pode resultar em uma fiscalização ineficaz. Isso inclui a incapacidade de identificar potenciais irregularidades contratuais e a ausência de ações corretivas oportunas.</p> <p>Atrasos e Ineficiência na Execução Contratual: A ineficiência na execução contratual, seja devido a atrasos ou falta de monitoramento adequado, pode gerar custos adicionais e impactar negativamente a qualidade dos serviços contratados. A necessidade de aprimorar os processos para garantir a efetiva entrega dos resultados é evidente.</p> <p>Desafios na Documentação Contratual: A manutenção da regularidade da documentação da contratada representa um desafio significativo. A falta de compreensão sobre os requisitos documentais e procedimentos pode levar a inconsistências na gestão documental.</p>	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Ausência de Atualização Profissional Contínua: A dinâmica constante das mudanças legislativas exige uma atualização profissional contínua. A falta de investimento nessa área pode resultar em uma equipe desatualizada, incapaz de lidar eficazmente com as novas demandas da gestão contratual.

Portanto, a identificação dessas deficiências nos processos de trabalho justifica a necessidade urgente de um curso específico para capacitar os gestores e fiscais do TCE/TO, visando superar essas lacunas e promover uma gestão contratual mais eficiente, transparente e alinhada com as recentes evoluções normativas.

Conteúdo Programático

I. Principais novidades da Nova Lei de Licitações e Contratos relacionadas à fiscalização contratual

- a. O papel o gestor e dos fiscais segundo a Lei Federal nº 14.133/2021 e a Resolução Administrativa TCE/TO nº 07/2023;
- b. Quem pode ser fiscal e gestor segundo a Lei Federal nº 14.133/2021 e a Resolução Administrativa TCE/TO nº 07/2023?
- c. O controle interno e a assessoria jurídica no auxílio aos fiscais e gestores;
- d. A responsabilidade objetiva das empresas contratadas para apoio à fiscalização;
- e. Obrigatoriedade de cláusula de reajuste;
- f. Contratualização dos riscos como regra;

II. Vigência Contratual e Prorrogação:

- a. Prazo quinquenal e decenal: quando usar, condições e possibilidade de encerramento antecipado;
- b. Quando deve iniciar a vigência do contrato? E como deve ser realizada a contagem do prazo?
- c. É possível estabelecer intervalo entre a assinatura do contrato e o início da vigência e/ou da execução? Para que serve?
- d. Hipóteses de suspensão do prazo de vigência;
- e. Possibilidades de prorrogação e limites máximos de vigência dos contratos de acordo com a sua natureza;
- f. Procedimentos e critérios a serem observados na prorrogação dos contratos: demonstração da vantajosidade, exclusão de custos não renováveis, procedimentos relacionados à repactuação e ao reajuste;
- g. Formalização da prorrogação;
- h. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços: vida autônoma? Independe da natureza da contratação, se fornecimento ou serviço?

III. Fiscalização e Gestão do Contrato:

- a. Fluxo processual da indicação do fiscal e do gestor do contrato;
- b. Requisitos a serem observados na indicação segundo Lei Federal nº 14.133/2021 e a Resolução Administrativa TCE/TO nº 07/2023;
- c. A indicação preferencial e servidores públicos;
- d. A segregação de funções – medidas de aprimoramento da governança;
- e. A possibilidade de recusa da função de fiscal e gestor;
- f. Os setores auxiliares para a instrução de processos de sanção, alteração, reequilíbrio, repactuação e reajuste;

IV.A Fiscalização Administrativa:

- a. Diferenças do fiscal administrativo Lei Federal nº 14.133/2021 e a Resolução Administrativa TCE/TO nº 07/2023;
- b. Fiscalização administrativa em obras e serviços de engenharia? Em contratos temporários? Em contratos não contínuos?
- c. A responsabilidade e o limite de atuação do fiscal administrativo;
- d. Documentos a serem exigidos no início do contrato, periodicamente, e em momentos específicos (como nas rescisões, por exemplo);

V.O Instrumento de Medição de Resultado (IMR): Ferramenta para a contratação por desempenho

- a. Como elaborar o IMR no planejamento da contratação;
- b. Como aplicar o IMR na fiscalização.

VI.Medições e Pagamentos

- a. Fluxo processual e responsabilidades para a realização dos pagamentos;
- b. Procedimentos legais para a liquidação da despesa: responsável pelo ateste;
- c. A possibilidade de antecipação de pagamento;
- d. A responsabilidade por superfaturamento na visão do TCU;
- e. Provisões para a conta vinculada e/ou pagamento pelo fato-gerador;
- f. Retenções de pagamentos e glosas;
- g. Ordem cronológica de pagamentos.

VII.Recebimento

- a. Recebimentos provisório e definitivo: quando e como realizar de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e a Resolução Administrativa TCE/TO nº 07/2023.

VIII.Alterações

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

<p>a. As possibilidades de alteração contratual previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e a Resolução Administrativa TCE/TO nº 07/2023;</p> <p>b. Limites quantitativos e qualitativos: como calcular – exemplos práticos;</p> <p>c. Os cuidados com os aditivos para manutenção da isonomia;</p> <p>d. Limites aplicáveis aos contratos de serviços continuados: valor anual ou quinquenal?</p> <p>IX. Revisão, Repactuação e Reajuste</p> <p>a. Conceitos, características, hipóteses de aplicação de cada um dos mecanismos de recomposição;</p> <p>b. Matriz de riscos e a redução das hipóteses de revisão;</p> <p>c. A anualidade das repactuações e reajustes: como aferir;</p> <p>d. Falta de homologação da CCT pelo Ministério do Trabalho e impactos na repactuação;</p> <p>e. Efeitos retroativos das repactuações;</p> <p>f. Reajustes em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra: vedado?</p> <p>g. Procedimentos secundários de formalização da repactuação e reajuste: reforço de empenho, garantia;</p> <p>h. Orientações recentes sobre a preclusão e a prescrição dos direitos à repactuação e ao reajuste;</p> <p>X. Sanções e rescisão:</p> <p>a. O regime das sanções aplicadas pela Administração Pública;</p> <p>b. As sanções da Lei Federal nº 14.133/2021, Resolução Administrativa TCE/TO nº 07/2023 e a revisão da teoria da nulidade dos contratos;</p> <p>c. Conceituando cada uma das falhas passíveis de sanção de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e a Resolução Administrativa TCE/TO nº 07/2023;</p> <p>d. Sanções: advertência, multa, impedimento e inidoneidade: condições de aplicação de cada uma;</p> <p>e. A responsabilidade pela apuração, notificação, instrução e aplicação das sanções;</p> <p>f. Campo de aplicação das sanções, responsabilidade pelos registros dos impedimentos;</p> <p>g. A dosimetria e a formalização das sanções;</p> <p>h. Contraditório e ampla defesa;</p> <p>i. Recursos: prazos, efeitos, autoridade julgadora;</p> <p>j. Hipóteses de rescisão: unilateral, amigável, judicial;</p> <p>k. A rescisão unilateral: formalização, prazos, contraditório, indenização;</p> <p>l. Efeitos da rescisão unilateral para a empresa.</p>
--

6.2.1.16	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	LINGUAGEM JURÍDICA SIMPLES
Processo SEI	24.004492-4 (0759968)
Objetivo (s)	
Aperfeiçoar a competência comunicativa por meio do uso adequado de elementos e regras gramaticais aplicados à escrita de peças jurídicas com linguagem acessível, por meio de abordagens teóricas e práticas, para que os servidores consigam aplicar esses conhecimentos nas atividades diárias do TCE/TO.	
Diagnóstico da Necessidade	
A Linguagem Simples é usada para transmitir informações de maneira objetiva e inclusiva. A comunicação é simples quando a pessoa que lê o documento ou escuta a mensagem consegue entender o conteúdo de forma fácil, sem precisar reler o texto várias vezes ou pedir explicações para outra pessoa. Diante disso, pode-se considerar que um texto tem uma linguagem simples quando ele apresenta suas ideias, palavras, frases e estrutura de forma organizada para que quem lê:	
<ol style="list-style-type: none"> 1. encontre facilmente a informação que procura; 2. compreenda a informação que encontrou, e então; 3. consiga usar a informação. 	
É válido mencionar que Linguagem Simples não é uma linguagem informal e que é possível escrever de forma simples e acessível seguindo as normas da Língua Portuguesa.	
Ideias extraídas da Apostila do curso Linguagem Simples no Setor Público, elaborada pela Prefeitura de São Paulo: https://matriz.rs.gov.br/upload/arquivos/202202/07091620-apostila-do-curso-linguagem-simples-no-setor-pu-blico.pdf	
Conteúdo Programático	
<p>MÓDULO 1</p> <ul style="list-style-type: none"> · Conheça a Linguagem Simples · O que é Linguagem Simples? · A importância da Linguagem Simples no setor público 	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

<ul style="list-style-type: none"> · Linguagem Simples e inovação em governo · Papel da legislação em Linguagem Simples <p>MÓDULO 2</p> <ul style="list-style-type: none"> · Use a Linguagem Simples · Pense sobre a linguagem usada na organização que você trabalha · Conheça a metodologia de simplificação de documentos · Pense no seu documento · Pense no público-alvo do documento · Use as orientações de Linguagem Simples · Teste a linguagem com o público-alvo do documento · Revise o seu documento · Reveja a metodologia completa de simplificação de documentos <p>Sugestões extraídas da Apostila do curso Linguagem Simples no Setor Público, elaborada pela Prefeitura de São Paulo: https://matriz.rs.gov.br/upload/arquivos/202202/07091620-apostila-do-curso-linguagem-simples-no-setor-pu-blico.pdf</p>
--

6.2.1.17	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	OS RESULTADOS DA AUDITORIA FINANCEIRA E SEUS IMPACTOS NA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
Processo SEI	24.004492-4 (0785018)
Objetivo (s)	
Capacitar os servidores para utilizarem, quando for o caso, os resultados das Auditorias Financeiras na elaboração do Relatório de Análise de Prestação de Contas e consequentemente na elaboração do voto do Relator.	
Diagnóstico da Necessidade	
As Auditorias Financeiras são fiscalizações ainda pouco exploradas no TCE-TO e em outros TC's do Brasil, mas produzem informações relevantes e significativas sobre os Balanços Gerais dos Municípios. Desta forma, reque-se uma uniformização de entendimento nesta Corte de Contas de como os resultados destas Auditorias podem refletir nas análises de Prestações de Contas. Não obstante, vale ressaltar que a RA TCE-TO 02/2024, que passa ter vigência na análise das prestações de contas do exercício financeiro de 2025, já estabelece que as unidades técnicas deverão incluir em suas análises os resultados das fiscalizações realizadas no exercício de referência.	
Conteúdo Programático	
<ul style="list-style-type: none"> • Auditoria Financeira: conceitos, aspectos e normas • O que muda no Relatório Técnico com a RA TCE-TO 02/2024 • Estudo de Caso: Auditoria Financeira de Porto Nacional • Resultados das Auditoria Financeira na Prestação de Contas. 	

6.2.1.18	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	PRATICANDO A GESTÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS: PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
Processo SEI	24.004492-4 (0751426)
Objetivo (s)	
Reconhecer as especificidades de cada instrumento orçamentário; Esclarecer o funcionamento do fluxo orçamentário e financeiro: responsável, descentralização e movimentações; Enumerar e aplicar as formas de se alterar o orçamento público; Discutir sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e a programação de despesas de pessoal; Analisar os contratos de duração continuada de forma a projetar as despesas para o exercício financeiro do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.	
Diagnóstico da Necessidade	
A legislação orçamentária e financeira está em constante evolução, demandando que os servidores se mantenham atualizados sobre as novas normas e procedimentos. A implementação dessa capacitação contribuirá para a padronização dos procedimentos e a melhoria da qualidade dos trabalhos técnicos realizados pelos servidores, considerando as peculiaridades do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SIAFE-TO).	
Conteúdo Programático	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

<ol style="list-style-type: none"> 1. Principais características dos instrumentos PPA, LDO e LOA; 2. Fluxo orçamentário e financeiro; 3. Preparação e alteração da proposta orçamentária; 4. LRF e implicações práticas quanto a despesas de pessoal; 5. Análise de contratos de duração continuada e seus reflexos na gestão orçamentária e financeira do órgão.
--

6.2.1.19	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	QUALIFICA TCE IV - CURSOS CONTÍNUOS.
Processo SEI	24.004492-4 (0786943)
Objetivo (s)	
Habilitar os servidores do controle externo para a prática de auditorias de conformidade e fiscalizações concomitantes com plena adesão às normas técnicas.	
Diagnóstico da Necessidade	
<ul style="list-style-type: none"> - Resultado da análise da qualidade das auditorias - Resultado da análise das fiscalizações concomitantes - Resultado do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (ATRICON) - Resultado da aplicação de matriz swot com as chefias imediatas das unidades técnicas do Controle Externo - Resultado do cumprimento das metas do Planejamento Estratégico 2023/2030. 	
Conteúdo Programático	
<ul style="list-style-type: none"> · Matriz de risco · Planejamento das auditorias · Matriz de achados e boas práticas de execução · Responsabilização · Relatório de auditoria · Como usar os dados públicos e os sistemas SICAP para fiscalizar · Controle concomitante com uso de relatório padrão · Sistema de benefícios · Fiscalização das licitações. 	

6.2.1.20	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	SIAFE-TO - COMO UTILIZAR OS RELATÓRIOS DO SISTEMA NAS FISCALIZAÇÕES
Processo SEI	24.004492-4 (0786346)
Objetivo (s)	
Habilitar os servidores responsáveis pelas ações de fiscalização a usar os relatórios do SIAFE-TO como fonte de informação para as ações de controle.	
Diagnóstico da Necessidade	
<p>Resultado da análise da qualidade das auditorias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultado da análise da qualidade da fiscalização concomitante - Resultado do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (ATRICON) - Resultado da aplicação de matriz swot com as chefias imediatas das unidades técnicas do Controle Externo. 	
Conteúdo Programático	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

- Como buscar dados no SIAFE-TO;
- Como gerar e interpretar os relatórios do sistema;
- Como realizar fiscalizações práticas e concretas a partir dos dados fornecidos pelo SIAFE-TO.

6.2.1.21	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	SUPORTE BÁSICO DE VIDA
Processo SEI	24.004492-4 (0749721)
Objetivo (s)	
Reconhecer várias situações de emergência potencialmente fatais; Realizar reanimação cardiopulmonar (RCP) e manobras de desobstrução das vias aéreas de modo seguro, oportuno e eficaz; Utilizar do desfibrilador externo automático (DEA).	
Diagnóstico da Necessidade	
Qualificar os profissionais para o atendimento aos servidores do TCE em situações de urgência e emergência.	
Conteúdo Programático	
Aspectos básicos da RCP em adultos e aprendizado das técnicas de RCP Sessão prática de RCP com 1 socorrista Sequência de RCP em criança Sessão prática de RCP com 2 socorristas e uso do DEA Situações especiais e segurança no uso do DEA Teste de habilidade em RCP com 2 socorristas e uso do DEA em adultos/crianças Introdução de RCP em Lactentes Sessão prática de RCP com 1 socorrista e 2 socorristas em lactentes Obstrução de vias aéreas em adultos, crianças e lactentes responsivos e não responsivos Considerações especiais e encerramento	

6.2.1.22	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED): PLANEJAMENTO, CELEBRAÇÃO, EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS
Processo SEI	24.004492-4 (0750224)
Objetivo (s)	
O curso "Termo de Execução Descentralizada (TED): Planejamento, Celebração, Execução, Fiscalização e Prestação de Contas" tem como principal objetivo capacitar os servidores nas diversas fases envolvidas na gestão de Termos de Execução Descentralizada (TED). A proposta é fornecer uma formação abrangente que permita aos servidores adquirirem as habilidades necessárias para formalizar, celebrar, executar, fiscalizar e prestar contas de forma eficiente e transparente.	
Ao longo do curso, os servidores serão guiados por um conteúdo que abrange desde o planejamento inicial até a conclusão do processo de execução descentralizada. Isso inclui aspectos cruciais como a elaboração adequada dos termos, o correto procedimento na celebração dos acordos, a eficiente execução das atividades, a fiscalização adequada para garantir o cumprimento das obrigações e, por fim, a prestação de contas de maneira precisa e em conformidade com as normativas vigentes.	
Além disso, o curso visa fortalecer as capacidades das auditorias internas, proporcionando os conhecimentos necessários para atuarem com segurança no processo de execução descentralizada. Dessa forma, os participantes serão preparados para identificar possíveis irregularidades, assegurando a conformidade e a eficácia na aplicação dos recursos públicos.	
Outro aspecto destacado é a atualização dos conhecimentos dos assessores jurídicos, proporcionando-lhes as informações mais recentes e relevantes relacionadas à legislação e normativas que regem os Termos de Execução Descentralizada. Isso contribuirá para uma consultoria jurídica mais eficaz e alinhada com as exigências legais em constante evolução.	
Em síntese, o curso busca não apenas fornecer informações teóricas, mas também desenvolver habilidades práticas que permitirão aos servidores lidar de forma competente com todas as etapas envolvidas na gestão de Termos de Execução	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Descentralizada, promovendo assim uma administração pública mais transparente, eficiente e em conformidade com as normativas vigentes.

Diagnóstico da Necessidade

A complexidade inerente a gestão de Termos de Execução Descentralizada (TED) demanda uma compreensão abrangente e atualizada das normativas, procedimentos legais e boas práticas para garantir uma execução eficiente e transparente dos acordos.

Identifica-se uma carência na capacitação dos servidores, que muitas vezes se deparam com dificuldades no momento de formalizar, celebrar, executar, fiscalizar e prestar contas dos TEDs. A ausência de conhecimentos especializados nessas áreas pode resultar em processos ineficientes, riscos de irregularidades e, conseqüentemente, na inadequada aplicação dos recursos públicos.

Além disso, destaca-se a importância de fortalecer as habilidades das auditorias internas para que possam desempenhar um papel efetivo na fiscalização desses processos descentralizados. A falta de expertise nesse sentido pode comprometer a capacidade de identificação de falhas, fraudes ou irregularidades que possam surgir ao longo da execução dos TEDs.

Os assessores jurídicos, por sua vez, enfrentam o desafio de se manterem atualizados frente às constantes mudanças na legislação e normativas pertinentes aos TEDs. A falta de conhecimento atualizado pode resultar em orientações jurídicas inadequadas, o que impacta diretamente na segurança jurídica e conformidade dos processos.

Diante desse cenário, a realização do curso se fundamenta na necessidade premente de preencher essas lacunas, proporcionando uma formação abrangente que não apenas dissemine conhecimentos teóricos, mas também promova o desenvolvimento de habilidades práticas. O intuito é capacitar os participantes a enfrentarem os desafios inerentes à gestão de TEDs, contribuindo para uma administração pública mais eficaz, transparente e alinhada com as exigências legais em constante evolução.

Conteúdo Programático

1. Introdução

- 1.1. Transferências voluntárias: conceito, evolução e tipos;
- 1.2. Convênio e Contrato de Repasse;
- 1.3. Termo de Parceria;
- 1.4. Termo de Colaboração e Termo de Fomento;
- 1.5. Termo de Cooperação; e
- 1.6. Termo de Execução Descentralizada.

2. Evolução Histórica

3. Legislação de regência

4. Principais questões relacionadas aos TED

- 4.1. Finalidades do TED;
- 4.2. Protocolo de intenções;
- 4.3. Caracterização de interesses recíprocos;
- 4.4. Relação entre a proposta e o programa federal;
- 4.5. Problema a ser resolvido;
- 4.6. Público-Alvo;
- 4.7. Capacidade técnica e gerencial;
- 4.8. Declaração de contrapartida;
- 4.9. Plurianualidade;

5. Formalização dos termos

- 5.1. Cláusulas necessárias;
- 5.2. Cláusula suspensiva;
- 5.3. Vigência e prorrogação;
- 5.4. Denúncia e rescisão;
- 5.5. Publicação;

6. Plano de trabalho

- 6.1. Observações preliminares;
- 6.2. Atribuições das unidades descentralizadora e recebedora dos recursos;
- 6.3. Descrição do objeto;
- 6.4. Apresentação das justificativas;
- 6.5. Definição dos resultados esperados e dos cronogramas de execução do projeto e desembolso;
- 6.6. Previsão orçamentária e sua relação com o plano de aplicação;
- 6.7. Declaração do proponente – gestão recebedora;
- 6.8. Aprovação da gestão descentralizadora;

7. Projeto básico e termo de referência

- 7.1. Conceitos básicos;
- 7.2. Competência e responsabilidade das partes;
- 7.3. Destino dos bens remanescentes;

8. Análise do projeto

- 8.1. Análise da proposta;
- 8.2. Análise do plano de trabalho;
- 8.3. Análise do termo de referência e do projeto básico;

9. Assinatura e publicação

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

<p>9.1. Requisitos para celebração; 9.2. Dispensa de celebração; 10. Execução do TED 10.1. Liberação de recursos; 10.2. Fiscalização da execução do objeto; 10.3. Vedação para a execução; 10.4. Contratação de terceiros; 11. Providências que podem ser adotadas para corrigir problemas detectados durante a execução do TED 11.1. Alterações no TED; 11.2. Prorrogação de ofício; 11.3. Celebração de termo aditivo; 12. Prestação de contas 12.1. Conceitos básicos; 12.2. Relatório de gestão; 13. A utilização da Plataforma +Brasil 14. Estudo de casos 14.1. Fluxogramas – MTur e UFAL 14.2. Modelos – Mtur</p>

6.2.1.23	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Comportamentais
Tema Geral	RELACIONAMENTO INTERPESSOAL E TRABALHO EM EQUIPE
Processo SEI	24.004492-4 (0755664) e (0786295)
Objetivo (s)	
O principal objetivo do curso é capacitar os profissionais a promover o trabalho em equipe, estimulando a cooperação, a sinergia e o alcance de metas coletivas, por meio do desenvolvimento de habilidades de liderança, negociação e gestão de conflitos	
Diagnóstico da Necessidade	
Promover a construção de relacionamentos saudáveis e a sinergia entre os membros da equipe. Ele é capaz de identificar pontos fortes e fracos de cada indivíduo, facilitando a distribuição adequada de tarefas e promovendo a colaboração entre todos. Além disso, ele incentiva a motivação, o engajamento e a produtividade da equipe por meio do reconhecimento e do estímulo ao crescimento individual e coletivo.	
Conteúdo Programático	
<ul style="list-style-type: none"> - A Importância Do Relacionamento Interpessoal No Contexto Organizacional - Preservando A Autoestima - Relações Interpessoais E Qualidade De Vida No Trabalho - Saber Ouvir - Qualidade De Vida No Trabalho (qvt) - Preservando A Autoestima - Relacionamento Interpessoal E O Trabalho Em Equipe - Estudo Do Relacionamento Interpessoal E Da Qualidade De Vida No Trabalho - Apresentação Da Empresa - Razão E Emoção Nos Relacionamentos: O Indissociável - A Qualidade Dos Relacionamentos: Fundamentos Biológicos - O Caso Da Economia De Comunhão - Relacionamento Interpessoal - Autoconhecimento - Relacionamento Interpessoal No Trabalho - Conciliando Conflitos Na Empresa 	

6.2.1.24	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Membros e Servidores
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Comportamentais
Tema Geral	O PAPEL DO LÍDER
Processo SEI	24.004492-4 (0786295)
Objetivo (s)	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Habilitar os cursistas a atuar no exercício da liderança das equipes de trabalho, bem como, no suporte às atividades de mensuração da produtividade e na análise da qualidade dos trabalhos de fiscalização.
Diagnóstico da Necessidade
- Resultado da análise da qualidade das auditorias - Resultado da análise da qualidade da fiscalização concomitante - Resultado do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (ATRICON) - Resultado da aplicação de matriz swot com as chefias imediatas das unidades técnicas do Controle Externo.
Conteúdo Programático
<ul style="list-style-type: none"> • Como atuar na motivação das equipes • Como otimizar os resultados de trabalhos em grupo • Como pensar e gerir a produtividade dos servidores • Eneagrama • Técnicas de gestão motivacional • Como gerir conflitos e minimizar riscos de assédio • Como desenvolver planos de trabalho para cada servidor das unidades técnicas • Como realizar supervisões e feedbacks • Outras técnicas e boas práticas de gestão de pessoas.

6.2.2 Ações de Educação para os Servidores dos Órgãos e Entidades dos Jurisdicionados e Sociedade

6.2.2.1	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Servidores dos Órgãos e Entidades dos Jurisdicionados e Sociedade
Planejamento Estratégico	PROJETO 3.9 – Ações de ensino-aprendizagem para o exercício da cidadania PROJETO 6.1 – Ações de ensino-aprendizagem para os jurisdicionados
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	CURSOS CONTÍNUOS
Processo SEI	
Objetivo (s)	Capacitar os gestores, agentes e servidores públicos dos Órgãos e Entidades jurisdicionados e sociedade em geral na utilização de instrumentos, ferramentas e programas utilizados no âmbito do Tribunal de Contas relativos às atividades de fiscalização.
Diagnóstico da Necessidade	Conhecimento e aperfeiçoamento das competências e habilidades dos servidores para as práticas laborais.
Conteúdo Programático	<ol style="list-style-type: none"> 1. SICAP / LCO 2. SICAP / AP 3. SIAFE TO (4 módulos) 4. CADUN

6.2.2.2	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Servidores dos Órgãos e Entidades dos Jurisdicionados e Sociedade
Planejamento Estratégico	PROJETO 3.9 – Ações de ensino-aprendizagem para o exercício da cidadania PROJETO 6.1 – Ações de ensino-aprendizagem para os jurisdicionados
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	AGENDA CIDADÃ / 17ª EDIÇÃO
Processo SEI	
Objetivo (s)	Promover o engajamento de gestores e legisladores estaduais e municipais, representantes de entidades governamentais e não governamentais, em ações efetivas de fortalecimento da cidadania, consistentes na implementação de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos fundamentais, na transparência da gestão e prestações de contas por parte dos governos e instituições públicas, no incentivo ao exercício do controle social.
Diagnóstico da Necessidade	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Este projeto propõe a realização eventos direcionados para os gestores e legisladores estaduais e municipais, representantes de conselhos municipais e da sociedade civil, promovendo a qualificação do quadro técnico das entidades jurisdicionadas.

O programa Agenda Cidadã foi desenvolvido com o intuito de aproximar a Corte de Contas da sociedade e das entidades governamentais e não governamentais, promovendo debates e ações educativas voltadas para a capacitação de representantes de conselhos municipais e estaduais, gestores e legisladores públicos do Estado e dos Municípios. Tendo como premissa “o protagonismo da sociedade no exercício do controle social”, a iniciativa visa contribuir para a gestão transparente e eficiente dos recursos públicos e a melhoria na prestação dos serviços prestados ao cidadão.

Conteúdo Programático

- Palestras com autoridades renomadas, nacionais e internacionais; (temas a definir)
- Oficinas com temáticas a serem ministradas por membros e servidores do TCE/TO, que atuam como instrutores. (Temas a definir)

6.2.2.3	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Servidores dps Órgãos e Entidades dos Jurisdicionados e Sociedade
Planejamento Estratégico	PROJETO 3.9 – Ações de ensino-aprendizagem para o exercício da cidadania PROJETO 6.1 – Ações de ensino-aprendizagem para os jurisdicionados
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	A REFORMA TRIBUTÁRIA E O NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL
Processo SEI	24.004492-4 (0762580) e 24.003970-0
Objetivo (s)	
Orientar os servidores estaduais para as mudanças que a Reforma Tributária exigirá para os Entes Federativos e para os órgãos públicos.	
Diagnóstico da Necessidade	
Com a aprovação da Reforma Tributária, estabelecida a partir da EC 132, de 20 de dezembro de 2023, o sistema federativo nacional, durante um período de transição, irá passar por mudanças profundas em relação aos principais impostos federais, estaduais e municipais.	
Conteúdo Programático	
1. A opção de uma Reforma Tributária baseada no IVA: motivação e referencial teórico que embasaram os projetos da Reforma. 2. Tramitação das propostas de Reforma no Congresso Nacional: as discussões junto ao Poder Legislativo, audiências públicas e principais propostas apresentadas. 3. Aprovação da Reforma Tributária: principais características do novo Sistema Tributário Nacional, a criação do IBS, do CBS e do IS. 4. Regulamentação da Reforma: houve tempo hábil para as discussões? 5. Alterações no Federalismo Fiscal: principais mudanças em nível federal, estadual e municipal. 6. Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços: funcionamento e representatividade das unidades federativas: um órgão com superpoderes? 7. Fiscalização e controle do novo sistema tributário: o papel dos Tribunais de Contas e do Ministério Público estadual. 8. Perspectivas para a economia brasileira: quanto tempo será necessário para a Reforma trazer a modernização e a eficiência para as finanças públicas e privadas?	

6.2.2.4	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Servidores dps Órgãos e Entidades dos Jurisdicionados e Sociedade
Planejamento Estratégico	PROJETO 3.9 – Ações de ensino-aprendizagem para o exercício da cidadania PROJETO 6.1 – Ações de ensino-aprendizagem para os jurisdicionados
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	CICLO DE APRENDIZAGEM E TRANSFORMAÇÃO PARA CONSELHOS MUNICIPAIS 01: Fundamentos da Governança e Controle Social
Processo SEI	24.006823-8 (0799640)
Objetivo (s)	
Capacitar a sociedade em geral para atuar de forma técnica, ética e eficiente na governança pública, fortalecendo sua capacidade de planejar, monitorar, avaliar e fiscalizar políticas públicas, promovendo a transparência, o controle social e a articulação intersectorial para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da gestão pública nos municípios.	
Diagnóstico da Necessidade	

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

O presente diagnóstico tem como base pesquisa realizada com os Conselhos Municipais, os quais desempenham um papel fundamental na governança pública, especialmente como instâncias de controle social, formulação e monitoramento de políticas públicas. Constatou-se que desafios como a falta de capacitação técnica, a compreensão limitada das normas legais e dificuldades na gestão de recursos comprometem a eficiência e a transparência das suas ações, limitam significativamente suas capacidades de atuação junto ao poder público e a sociedade.

Esta formação é necessária porque:

1. Fragilidades Técnicas e Operacionais:

Muitos conselheiros assumem seus papéis sem o conhecimento adequado sobre planejamento, orçamento público e prestação de contas, prejudicando a atuação estratégica e fiscalizadora dos conselhos.

2. Exigências Legais e de Transparência:

O cumprimento das legislações específicas (como FUNDEB, SUS e SUAS), a elaboração de relatórios consistentes e a análise de prestações de contas demandam capacitação contínua para evitar irregularidades e assegurar o uso responsável dos recursos públicos.

3. Fortalecimento do Controle Social:

A efetiva participação social depende de conselhos bem estruturados, que compreendam seu papel e tenham ferramentas para monitorar e propor melhorias nas políticas públicas.

4. Gestão Integrada e Colaborativa:

A interação entre os conselhos, os órgãos municipais e o Tribunal de Contas é essencial para promover soluções coletivas e efetivas, principalmente em áreas críticas como saúde, educação e assistência social.

5. Impacto nos Resultados Municipais:

Conselhos bem preparados contribuem diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população, promovendo políticas públicas mais inclusivas, transparentes e eficazes.

Portanto, essa formação busca suprir lacunas existentes, aprimorar competências técnicas e comportamentais e fomentar a construção de uma gestão pública participativa e eficiente nos municípios.

Conteúdo Programático

Ciclo 1: Fundamentos da Governança e Controle Social

O papel dos Conselhos na gestão pública.
Princípios de controle social e gestão democrática.
Ética, integridade e responsabilidades dos conselheiros.

6.2.2.5	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Servidores dos Órgãos e Entidades dos Jurisdicionados e Sociedade
Planejamento Estratégico	PROJETO 3.9 – Ações de ensino-aprendizagem para o exercício da cidadania PROJETO 6.1 – Ações de ensino-aprendizagem para os jurisdicionados
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	CICLO DE APRENDIZAGEM E TRANSFORMAÇÃO PARA CONSELHOS MUNICIPAIS 02: Planejamento, Orçamento e Prestação de Contas
Processo SEI	24.006823-8 (0799640)
Objetivo (s)	
Capacitar a sociedade em geral para atuar de forma técnica, ética e eficiente na governança pública, fortalecendo sua capacidade de planejar, monitorar, avaliar e fiscalizar políticas públicas, promovendo a transparência, o controle social e a articulação Inter setorial para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da gestão pública nos municípios.	
Diagnóstico da Necessidade	
O presente diagnóstico tem como base pesquisa realizada com os Conselhos Municipais, os quais desempenham um papel fundamental na governança pública, especialmente como instâncias de controle social, formulação e monitoramento de políticas públicas. Constatou-se que desafios como a falta de capacitação técnica, a compreensão limitada das normas legais e dificuldades na gestão de recursos comprometem a eficiência e a transparência das suas ações, limitam significativamente suas capacidades de atuação junto ao poder público e a sociedade.	
Esta formação é necessária porque:	
1. Fragilidades Técnicas e Operacionais:	
Muitos conselheiros assumem seus papéis sem o conhecimento adequado sobre planejamento, orçamento público e prestação de contas, prejudicando a atuação estratégica e fiscalizadora dos conselhos.	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

<p>2. Exigências Legais e de Transparência: O cumprimento das legislações específicas (como FUNDEB, SUS e SUAS), a elaboração de relatórios consistentes e a análise de prestações de contas demandam capacitação contínua para evitar irregularidades e assegurar o uso responsável dos recursos públicos.</p> <p>3. Fortalecimento do Controle Social: A efetiva participação social depende de conselhos bem estruturados, que compreendam seu papel e tenham ferramentas para monitorar e propor melhorias nas políticas públicas.</p> <p>4. Gestão Integrada e Colaborativa: A interação entre os conselhos, os órgãos municipais e o Tribunal de Contas é essencial para promover soluções coletivas e efetivas, principalmente em áreas críticas como saúde, educação e assistência social.</p> <p>5. Impacto nos Resultados Municipais: Conselhos bem preparados contribuem diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população, promovendo políticas públicas mais inclusivas, transparentes e eficazes.</p> <p>Portanto, essa formação busca suprir lacunas existentes, aprimorar competências técnicas e comportamentais e fomentar a construção de uma gestão pública participativa e eficiente nos municípios.</p>
Conteúdo Programático
Ciclo 2: Planejamento, Orçamento e Prestação de Contas
PPA, LDO e LOA: planejamento estratégico e orçamentário. Fontes de financiamento e controle de recursos públicos (ex.: FUNDEB, SUS, SUAS). Procedimentos de prestação de contas: documentos, prazos e análise de relatórios.

6.2.2.6	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Servidores dos Órgãos e Entidades dos Jurisdicionados e Sociedade
Planejamento Estratégico	PROJETO 3.9 – Ações de ensino-aprendizagem para o exercício da cidadania PROJETO 6.1 – Ações de ensino-aprendizagem para os jurisdicionados
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	CICLO DE APRENDIZAGEM E TRANSFORMAÇÃO PARA CONSELHOS MUNICIPAIS 03: Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas
Processo SEI	24.006823-8 (0799640)
Objetivo (s)	
Capacitar a sociedade em geral para atuar de forma técnica, ética e eficiente na governança pública, fortalecendo sua capacidade de planejar, monitorar, avaliar e fiscalizar políticas públicas, promovendo a transparência, o controle social e a articulação Inter setorial para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da gestão pública nos municípios.	
Diagnóstico da Necessidade	
O presente diagnóstico tem como base pesquisa realizada com os Conselhos Municipais, os quais desempenham um papel fundamental na governança pública, especialmente como instâncias de controle social, formulação e monitoramento de políticas públicas. Constatou-se que desafios como a falta de capacitação técnica, a compreensão limitada das normas legais e dificuldades na gestão de recursos comprometem a eficiência e a transparência das suas ações, limitam significativamente suas capacidades de atuação junto ao poder público e a sociedade.	
Esta formação é necessária porque:	
<p>1. Fragilidades Técnicas e Operacionais: Muitos conselheiros assumem seus papéis sem o conhecimento adequado sobre planejamento, orçamento público e prestação de contas, prejudicando a atuação estratégica e fiscalizadora dos conselhos.</p> <p>2. Exigências Legais e de Transparência: O cumprimento das legislações específicas (como FUNDEB, SUS e SUAS), a elaboração de relatórios consistentes e a análise de prestações de contas demandam capacitação contínua para evitar irregularidades e assegurar o uso responsável dos recursos públicos.</p> <p>3. Fortalecimento do Controle Social: A efetiva participação social depende de conselhos bem estruturados, que compreendam seu papel e tenham ferramentas para monitorar e propor melhorias nas políticas públicas.</p> <p>4. Gestão Integrada e Colaborativa: A interação entre os conselhos, os órgãos municipais e o Tribunal de Contas é essencial para promover soluções coletivas e efetivas, principalmente em áreas críticas como saúde, educação e assistência social.</p>	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

<p>5. Impacto nos Resultados Municipais: Conselhos bem preparados contribuem diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população, promovendo políticas públicas mais inclusivas, transparentes e eficazes.</p> <p>Portanto, essa formação busca suprir lacunas existentes, aprimorar competências técnicas e comportamentais e fomentar a construção de uma gestão pública participativa e eficiente nos municípios.</p>
Conteúdo Programático
<p>Ciclo 3: Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas</p> <p>Indicadores de desempenho e impacto. Ferramentas de monitoramento e portais de transparência. Estudos de caso e boas práticas em acompanhamento de políticas públicas.</p>

6.2.2.7	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Servidores dps Órgãos e Entidades dos Jurisdicionados e Sociedade
Planejamento Estratégico	PROJETO 3.9 – Ações de ensino-aprendizagem para o exercício da cidadania PROJETO 6.1 – Ações de ensino-aprendizagem para os jurisdicionados
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	CICLO DE APRENDIZAGEM E TRANSFORMAÇÃO PARA CONSELHOS MUNICIPAIS 04: Desenvolvimento de Habilidades e Articulação Inter setorial
Processo SEI	24.006823-8 (0799640)
Objetivo (s)	
Capacitar a sociedade em geral para atuar de forma técnica, ética e eficiente na governança pública, fortalecendo sua capacidade de planejar, monitorar, avaliar e fiscalizar políticas públicas, promovendo a transparência, o controle social e a articulação Inter setorial para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da gestão pública nos municípios.	
Diagnóstico da Necessidade	
O presente diagnóstico tem como base pesquisa realizada com os Conselhos Municipais, os quais desempenham um papel fundamental na governança pública, especialmente como instâncias de controle social, formulação e monitoramento de políticas públicas. Constatou-se que desafios como a falta de capacitação técnica, a compreensão limitada das normas legais e dificuldades na gestão de recursos comprometem a eficiência e a transparência das suas ações, limitam significativamente suas capacidades de atuação junto ao poder público e a sociedade.	
Esta formação é necessária porque:	
<p>1. Fragilidades Técnicas e Operacionais: Muitos conselheiros assumem seus papéis sem o conhecimento adequado sobre planejamento, orçamento público e prestação de contas, prejudicando a atuação estratégica e fiscalizadora dos conselhos.</p>	
<p>2. Exigências Legais e de Transparência: O cumprimento das legislações específicas (como FUNDEB, SUS e SUAS), a elaboração de relatórios consistentes e a análise de prestações de contas demandam capacitação contínua para evitar irregularidades e assegurar o uso responsável dos recursos públicos.</p>	
<p>3. Fortalecimento do Controle Social: A efetiva participação social depende de conselhos bem estruturados, que compreendam seu papel e tenham ferramentas para monitorar e propor melhorias nas políticas públicas.</p>	
<p>4. Gestão Integrada e Colaborativa: A interação entre os conselhos, os órgãos municipais e o Tribunal de Contas é essencial para promover soluções coletivas e efetivas, principalmente em áreas críticas como saúde, educação e assistência social.</p>	
<p>5. Impacto nos Resultados Municipais: Conselhos bem preparados contribuem diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população, promovendo políticas públicas mais inclusivas, transparentes e eficazes.</p> <p>Portanto, essa formação busca suprir lacunas existentes, aprimorar competências técnicas e comportamentais e fomentar a construção de uma gestão pública participativa e eficiente nos municípios.</p>	
Conteúdo Programático	
<p>Ciclo 4: Desenvolvimento de Habilidades e Articulação Intersetorial</p> <p>Redação oficial e técnicas de elaboração de relatórios.</p>	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Comunicação, mediação de conflitos e negociação.
Trabalho integrado com redes de proteção e parceiros institucionais.

6.2.2.8	PROGRAMA de EDUCAÇÃO PERMANENTE / Ações de Educação para Servidores dps Órgãos e Entidades dos Jurisdicionados e Sociedade
Planejamento Estratégico	PROJETO 3.9 – Ações de ensino-aprendizagem para o exercício da cidadania PROJETO 6.1 – Ações de ensino-aprendizagem para os jurisdicionados
Gestão de Competências	Técnicas
Tema Geral	ENCONTROS TÉCNICOS PARA GESTORES PÚBLICOS E SOCIEDADE EM GERAL
Processo SEI	24.005815-1 (0788721)
Objetivo (s)	
Apresentar aos gestores e servidores públicos das unidades municipais jurisdicionadas à 1ª Relatoria, quadriênio 2025/2028, da importância da eficiência da gestão pública no atendimento dos interesses da população, bem como das boas práticas para a correta aplicação dos recursos públicos, inclusive do papel do TCE/TO no cumprimento de sua institucional.	
Diagnóstico da Necessidade	
O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), além de sua atuação na fiscalização da correta aplicação dos recursos públicos, também procura assegurar que suas ações estejam direcionadas para objetivos alinhados aos interesses da sociedade. Dessa forma, vem desempenhando um papel importante no aspecto pedagógico, qualificando tanto seu quadro técnico quanto os órgãos que fiscaliza, bem como desenvolvendo ações educativas que promovam a participação da sociedade nos processos de gestão da coisa pública.	
Considerando que a partir do exercício de 2025 as unidades jurisdicionadas municipais ficarão vinculadas às Relatorias por um período de 04 (quatro) anos, conforme determinado na Resolução nº 603/2022-TCE/TO-PLENO, publicada no Boletim Oficial 3150, coincidindo, assim, com o do mandato da gestão municipal. Logo, permitindo uma melhor atuação desta Corte de Contas em suas fiscalizações, além do acompanhamento da gestão de forma mais efetiva.	
Conteúdo Programático	
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecendo os sistemas do TCE/TO: SICAP/CONTÁBIL, SICAP/LCO, CADUN • Licitação • Controle de Frota e Abastecimento de Veículos, e Transporte Escolar • Políticas Públicas e os Instrumentos de Planejamento (PPA-LDO-LOA) • FUNDEB e Plano Municipal de Educação • Fluxo de Processo e Instrução processual • Patrimônio e Almoxarifado • Portal da Transparência • Sistema de Controle Interno • Execução Orçamentária, classificação de receitas e despesas 	

6.3 Programa de Gestão da Informação e do Conhecimento

6.3.1	PROGRAMA de GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Competência Técnica
Tema Geral	Biblioteca Conselheiro José Ribamar Meneses
Processo SEI	
Objetivo (s)	
A Biblioteca Conselheiro José Ribamar Meneses tem por finalidade favorecer o acesso à informação, o aprendizado contínuo, a preservação cultural e o desenvolvimento intelectual, além de estimular a leitura e promover educação de qualidade para o público interno e externo, exercendo seu papel social de disseminar e democratizar o conhecimento. (Resolução Administrativa nº 19, de 11/12/2023)	
Diagnóstico da Necessidade	

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO**

A Biblioteca Conselheiro José Ribamar Meneses tem importância basilar na gestão do conhecimento do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. Por meio de suas atividades é possível alicerçar e auxiliar o processo educacional desenvolvido pelo ISCON. Da mesma maneira, se tornou de extrema necessidade no atendimento ao público externo, disponibilizando espaço de estudo e pesquisa a membros da sociedade em geral.

Conteúdo Programático

Por meio da Biblioteca é realizada a contratação de serviços das plataformas digitais: Proview e Fórum Conhecimento Jurídico, disponibilizado material digital (livros e periódicos) para membros e servidores do TCE/TO. Também, por meio de contratação, é realizada anualmente a atualização do Sistema Sophia de Biblioteca, no qual é gerenciado todo seu acervo bibliográfico.

A Biblioteca desenvolve, a partir do gerenciamento do Sistema Sophia de Biblioteca: execução do tratamento técnico dos livros físicos e digitais (catalogação, classificação e registro), assim como dos periódicos físicos e digitais, colocando-os disponíveis para consulta e empréstimo; efetuação de cadastro de usuários, realizar e controlar empréstimos, devoluções, renovações e reservas de material bibliográfico. Também, é feito o atendimento ao usuário interno e externo e realiza pesquisa de jurisprudência, doutrina e legislação. Outro sistema gerenciado pela biblioteca é o Sistema de Legislação e Normas do TCE/TO, mantendo disponível e atualizado ao público em geral, informações de leis, atos normativos e regulamentos publicados no Boletim Oficial do TCE/TO, com revogações e alterações. Quanto ao atendimento ao público externo, ainda são realizadas visitas guiadas de acadêmicos das instituições de ensino local e de outras localizações do estado.

Para o melhor desenvolvimento das atividades da biblioteca se faz necessária a capacitação de seus servidores por meio de cursos de treinamento nos serviços auxiliares dos sistemas ligados à biblioteca, como também no gerenciamento de pessoas no que concerne ao atendimento, assim como a atualização de conhecimento na gestão da informação, por meio de participação em congressos e encontros de profissionais da área.

6.4 Programa de Capacitação Tecnologia da Informação

O Plano Anual de Capacitação de Tecnologia da Informação (PCTI) é um dos Planos de TI dispostos na Resolução Administrativa TCE/TO nº 4/2023, elaborado pela Diretoria de Informação - DINFO desta Corte de Contas e que possui a principal finalidade de contribuir com o:

“desenvolvimento de habilidades nas melhores práticas de Gestão de TI, de forma a promover e auxiliar, de forma contínua, o alinhamento das competências técnicas e gerenciais do quadro de pessoal de TI às melhores práticas de governança de TI, desenvolvimento de sistemas e seguranças da informação, bem como sua atualização tecnológica;”

Este Plano, está intimamente ligado ao Plano Estratégico do TCE/TO 2023-2030, aprovado pela Resolução Administrativa TCE/TO nº 10/2023, uma vez que a Tecnologia da Informação é parte estratégica do TCE/TO para o cumprimento de sua missão de “satisfazer as necessidades da sociedade, quanto a correta aplicação dos recursos públicos, garantindo um transparente, eficiente e eficaz sistema de fiscalização da gestão pública” e, sobretudo, garantir a excelência na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade. Pode-se verificar o PCTI na íntegra via Processo Sei nº 23.005735-7.

Para o presente exercício, considera-se que as ações educativas voltadas à área de tecnologia da informação serão realizadas através da plataforma UDEMY FOR GOVERNMENT (Premium PRO) na modalidade de Educação a Distância, por meio do Contrato nº 91/2024.

6.5 Programa de Desenvolvimento Artístico e Cultural

O Programa de Desenvolvimento Artístico e Cultural prevê a oferta dos seguintes eventos:

6.5.1	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Gestão de Competências	Comportamentais
Tema Geral	Projeto Canto Coral
Objetivo (s)	
<p>Promover o bem-estar físico e mental de cada integrante do Coral; Incentivar e fortalecer o espírito cooperativo; Desenvolver nos servidores o espírito de equipe; Contribuir com a formação cultural; Aprimorar o senso crítico e artístico dos coralistas; Contribuir para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho; Incentivar o trabalho social de voluntariado por meio de apresentações em hospitais e asilos propiciando momentos de lazer aos internos; Viabilizar apresentações públicas para divulgação do trabalho junto à comunidade;</p>	
Diagnóstico da Necessidade	
<p>Nas organizações públicas e privadas, o canto coral vem desempenhando um importante papel, como uma forma de integração entre servidores, especialmente por tratar-se de uma atividade cuja característica é atuação em grupo.</p> <p>Além de proporcionar uma convivência harmoniosa no ambiente de trabalho, o exercício do canto coral contribui para a melhoria da saúde daqueles que dele participam aliviando tensões comuns do dia-dia, e diminuindo os níveis de estresse, físico e mental.</p> <p>Assim, seus integrantes tornam-se mais colaborativos e participantes das atividades institucionais o que reflete de forma positiva na melhoria e fortalecimento da imagem da instituição.</p>	
Conteúdo Programático	
<p>Teoria musical para o estudo de leitura de notas e partituras e de temas afins. Exercícios respiratórios, vocalizes e aquecimento vocal. Ensaios Apresentações internas Apresentações externas</p>	

6.5.2	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL
Planejamento Estratégico	PROJETO 12.1 – Ações de ensino-aprendizagem para membros e servidores
Gestão de Competências	Comportamentais
Tema Geral	Projeto Mãos de Contas: Oficinas de Convivência (24.004481-9)
Objetivo (s)	
<p>O Projeto Mãos de Contas: Oficinas de Convivência promove oficinas de arte, artesanato e tecnológicas com o objetivo de promover suas habilidades manuais, a integração, a cooperação, a criatividade e a serenidade espiritual, incentivar a criatividade artística e a integração dos servidores do TCE/TO, bem como de seus familiares.</p> <p>Sua culminância se dá com uma exposição ao final do ano dos produtos confeccionados nas oficinas.</p>	
Diagnóstico da Necessidade	
<p>Sabe-se que ao se trabalhar com artesanato é possível obter ganhos efetivos. Contudo, a motivação para a criação deste projeto é o fato do artesanato propiciar um relaxamento, tanto do ponto de vista mental quanto físico, estimulando a concentração, a memória e a coordenação motora, sendo, portanto indicado para participantes de todas as idades.</p> <p>O público-alvo constitui-se de todos os membros e servidores do TCE/TO efetivos, comissionados, ativos, inativos, seus dependentes e servidores da empresa terceirizada de prestação de serviços.</p>	
Conteúdo Programático	
<ul style="list-style-type: none"> • Oficina de Artes Plásticas • Oficina de Amigurumi (Crochê) • Oficina de Produção de Vídeos Curtos com celular • Oficina de Fotografia pelo celular 	

6.5.3	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL
Planejamento Estratégico	PROJETO 3.8 – Certificações aos Cidadãos
Gestão de Competências	Competências Técnicas
Tema Geral	Visitação ao Memorial TCE-TO (23.004043-8)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Objetivo (s)
Promover a visitação para estudantes da Educação Fundamental dos Anos Finais (8º e 9º Anos) e Ensino Médio das redes públicas municipal e estadual, ao Memorial do Tribunal de Contas do Tocantins, com vistas ao conhecimento da história dos 34 anos do TCE e consequentemente parte da história da criação do Estado do Tocantins, bem como, da Mostra Fotográfica alusiva aos 35 anos do TCETO.
Diagnóstico da Necessidade
Ressalta-se que para o Memorial - TCE é de suma importância a visitação proposta para a formação cultural dos alunos na fase da adolescência e juventude que contribuirá para reforçar o compromisso desta Instituição com o exercício do Controle Social, bem como, oferecer aos estudantes um momento significativo de aprendizagem e reconhecimento histórico regional.
Destaca-se que o estabelecimento de novos laços com a comunidade tocantinense e o público em geral, considerando as atribuições do Tribunal e as ações de transparência administrativa, contemplando, ainda, o acesso à informação.
Conteúdo Programático
Explicação sobre a criação do TCE/TO e o Memorial; Visitação ao prédio.

7 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

A estimativa da despesa com as ações educacionais propostas neste Plano de Trabalho, estão detalhadas na tabela a seguir, classificadas por Competências.

Tabela 7 – Orçamento

Ações de Capacitação para Membros e Servidores			
Ação	Natureza da Despesa	Estimativa de Custo	
1.	Desenvolvimento de Competências Comportamentais	Serviços de Terceiros - PF	R\$ 60.000,00
		Serviços de Terceiros - PJ	R\$ 97.000,00
		Passagens e despesas com locomoção	R\$ 40.000,00
		Diárias	R\$ 30.000,00
2.	Desenvolvimento de Competências Organizacionais e Gerenciais	Serviços de Terceiros - PF	R\$ 80.000,00
		Serviços de Terceiros - PJ	R\$ 120.000,00
		Passagens e despesas com locomoção	R\$ 55.000,00
		Diárias	R\$ 60.000,00
3.	Desenvolvimento de Competências Organizacionais e técnicas	Serviços de Terceiros - PF	R\$ 150.000,00
		Serviços de Terceiros - PJ	R\$ 80.000,00
		Passagens e despesas com locomoção	R\$ 60.000,00
		Diárias	R\$ 95.000,00
4.	Desenvolvimento de Competências Técnicas	Serviços de Terceiros - PF	R\$ 95.000,00
		Serviços de Terceiros - PJ	R\$ 350.000,00
		Bolsa Estudo	R\$ 78.000,00
		Passagens e despesas com locomoção	R\$ 75.000,00
		Diárias	R\$ 90.000,00
SUB TOTAL		R\$ 1.615.000,00	
Ações de Capacitação para Jurisdicionados e Sociedade			
1.		Serviços de Terceiros - PF	R\$ 45.000,00
		Serviços de Terceiros - PJ	R\$ 120.000,00

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

	Desenvolvimento de Competências Organizacionais e Técnicas	Diárias	R\$ 150.000,00
2.	Desenvolvimento do Controle Social	Passagens e despesas com locomoção	R\$ 85.000,00
		Serviços de Terceiros - PF	R\$ 15.000,00
		Serviços de Terceiros - PJ	R\$ 45.000,00
		Diárias	R\$ 20.000,00
SUB TOTAL			R\$ 480.000,00
			R\$ 2.095.000,00

8 AVALIAÇÃO

A avaliação é de extrema importância dentro do processo educativo pois possibilita o fornecimento de informações sobre o processo, criando condições para que os resultados esperados sejam constantemente reestruturados.

8.1 Avaliação de Reação

Esse nível compreende os executores do programa – participante e instrutores, e seu objetivo é mensurar de forma qualitativa e quantitativa as ações educativas realizadas através de seus envolvidos.

Itens como Avaliação Geral do Evento, Avaliação do Instrutor, Avaliação dos Serviços e Auto Avaliação são medidos de forma objetiva e por formulário próprio, bem como, de questões subjetivas sobre a visão do participante. (Anexos II e III)

8.2 Avaliação de Aprendizagem

A avaliação de aprendizagem corresponde ao segundo nível de avaliação aplicada nos cursos de formação inicial para carreiras, cursos do Programa de Aperfeiçoamento Profissional, cursos de especialização e cursos a distância.

Em consonância com a metodologia do ensino-aplicação, o objetivo da avaliação de aprendizagem é o de verificar a capacidade do aluno de aplicar os conceitos, técnicas e reflexões realizadas durante a disciplina na análise, resolução ou construção de soluções para problemas e/ou temas concretos do contexto e da prática governamental.

Nos cursos de qualificação e aperfeiçoamento profissional, a avaliação é proposta pelo instrutor, e validada pelo ISCON. Os critérios de avaliação constam nos programas e planos de cursos. Em razão de seu objetivo de verificar a capacidade de aplicação do aluno, a avaliação poderá ser realizada por meio de trabalhos em grupo, provas e trabalhos individuais, entre outras.

Nos cursos a distância, a avaliação da aprendizagem poderá ser requisito para a aprovação. Para tanto, deverão ser disponibilizadas, aos participantes, atividades pontuadas, individuais ou em grupo, frequentemente sob a forma de questionários avaliativos (múltipla escolha, associação, verdadeiro ou falso etc.), discussões em fóruns, atividades práticas e estudos de caso.

Em articulam aos outros processos avaliativos que ocorrem em nível institucional somam-se as atividades complementares que fornecem evidências compondo uma visão integrada da oferta de ação educacional, com vistas ao desenvolvimento profissional.

BIBLIOGRAFIA

MORETTO, Vasco Pedro. Planejamento: **Planejando a educação para o desenvolvimento de competências**. 10.ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014

TEIXEIRA, Beatriz de Bastos. Comunidade escolar. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

TOCANTINS. Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2014**. Palmas: Instituto de Contas 5 de Outubro, 2011.

PALUDO, Augustinho V; OLIVEIRA. Antonio G. **Governança Organizacional pública e Planejamento Estratégico: Para órgãos e Entidades Públicas**. Indaiatuba- SO: Editora Foco, 2021.

ANEXO I

Solicitação de Ação Educativa

SOLICITAÇÃO DE AÇÃO EDUCACIONAL	
TEMA GERAL	(Nome da capacitação sugerida)
UNIDADE DEMANDANTE	
TIPO (DURAÇÃO)	() Curta () Média () Longa
MODALIDADE SUGERIDA	() Presencial () Online () Híbrido
PÚBLICO-ALVO	
Nº DE PARTICIPANTES	
CARGA HORÁRIA	
OBJETIVO (S)	
DIAGNÓSTICO DA NECESSIDADE	(Relatar quais as deficiências identificadas nos processos de trabalho)
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	(Detalhar os assuntos pretendidos e/ou necessários)
JUSTIFICATIVA	
RESULTADOS ESPERADOS	
OBSERVAÇÕES	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

ANEXO II

Avaliação de Reação (Presencial)

Evento: _____

Instrutor (a): _____

Data: ___/___/___

Nome do Participante (opcional): _____ () Servidor do TCE () Convidado /Jurisdicionado

Você finaliza uma ação educativa promovida pelo ISCON-TO. Buscamos a excelência e sua avaliação será de grande relevância para levantamento dos pontos atingidos com êxito e para identificar os aspectos que precisam de mudanças com o objetivo de oferecer momentos significativos e satisfatórios de aprendizagem em futuros eventos. Sua identificação é optativa. Em cada item assinale uma nota de 0 a 10. Deixar em branco o item que não foi verificado no referido evento.

AVALIAÇÃO GERAL DO EVENTO	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Local do evento											
Data do evento											
Duração do Evento (carga horária)											
Pontualidade nos horários previstos											
Climatização do ambiente											
Número de participantes											
Tema do evento											
Qualidade do material didático											
Grau de profundidade do conteúdo do evento											
Qualidade do material didático											
AVALIAÇÃO DO INSTRUTOR Conceituais e Procedimentais conforme RA/TCE/TO Nº01/2011, DE 04 DE MAIO DE 2011)	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Domínio conceitual e procedimental (prática) do Conteúdo											
Utilização de recursos didáticos e metodológicos											
Interação com a turma											
Motivação dos ouvintes											
Utilização de linguagem clara e objetiva											
AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Recepção / Credenciamento											
Atuação do Instituto de Contas (para informações gerais, inscrições, resolução de pendências, etc).											
Atuação (técnico, pedagógico, administrativo) da instituição parceira											
AUTO-AVALIAÇÃO	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Ciência dos objetivos do evento (divulgados pela Instituo de Contas, Intranet, Internet, Redes etc)											
Avaliação de seu desempenho e aproveitamento como participante (pessoal e profissional)											

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

1. CASO, NA AVALIAÇÃO ACIMA, HAJA ITEM COM A MARCAÇÃO ABAIXO DA PONTUAÇÃO 07, SOLICITAMOS INDICAÇÕES OU SUGESTÕES PARA PODERMOS MELHORÁ-LO:

2. HÁ INTERESSE EM OUTROS CURSOS? () Sim () Não
Qual o tema de interesse? _____

VOCÊ TEM ALGUM COMENTÁRIO, SUGESTÃO OU CRÍTICA QUE QUEIRA REGISTRAR? (Registrar no verso da folha)

Agradecemos sua participação! Equipe ISCON.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

ANEXO III

Avaliação de Reação (Curso On-line)

Você finaliza uma ação educativa promovida pelo ISCON-TO. Buscamos a excelência e sua avaliação será de grande relevância para levantamento dos pontos atingidos com êxito e para identificar os aspectos que precisam de mudanças com o objetivo de oferecer momentos significativos e satisfatórios de aprendizagem em futuros eventos. Sua identificação é optativa. Em cada item assinale uma nota de 0 a 10. Deixe em branco o item que não foi verificado no referido evento.

TEMA / CONTEÚDO	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Importância do assunto/conteúdo com o evento/curso											
A carga horária do evento/curso foi suficiente para a abordagem do tema/conteúdo											
As ideias principais do tema/conteúdo abordadas no evento/curso possibilitam a conquista de novos conhecimentos											
Na abordagem do tema/conteúdo houve relação com a prática											
Importância do assunto/conteúdo com o evento/curso											
A carga horária do evento/curso foi suficiente para abordagem do tema/conteúdo											
As ideias principais do tema/conteúdo abordadas no evento/curso possibilitaram a conquista de novos conhecimentos											
Na abordagem do tema/conteúdo houve relação da teoria com a prática.											
AVALIAÇÃO DO INSTRUTOR Conceituais e Procedimentais conforme RA/TCE/TO Nº01/2011, DE 04 DE MAIO DE 2011)	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Domínio conceitual e procedimental (prática) do Conteúdo											
Utilização de recursos didáticos e metodológicos											
Interação com a turma											
Motivação dos ouvintes											
Utilização de linguagem clara e objetiva											
AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Recepção / Credenciamento											
Atuação do Instituto de Contas (para informações gerais, inscrições, resolução de pendências, etc).											
Teve facilidade para acessar a plataforma virtual ou de ensino?											
O atendimento do suporte técnico prestado durante o desenvolvimento do evento/curso foi eficiente?											
A plataforma virtual ou de ensino atendeu suas expectativas?											
AUTO-AVALIAÇÃO	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Ciência dos objetivos do evento (divulgados pela Instituto de Contas, Intranet, Internet, Redes etc)											
Assimilei o conteúdo do evento/curso e sinto-me à vontade para socializar os conhecimentos com minha equipe de trabalho.											
Avaliação de seu desempenho e aproveitamento como participante (pessoal e profissional)											

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- CASO, NA AVALIAÇÃO ACIMA, HAJA ITEM COM A MARCAÇÃO ABAIXO DA PONTUAÇÃO 07, SOLICITAMOS INDICAÇÕES OU SUGESTÕES PARA PODERMOS MELHORÁ-LO: _____
- HÁ INTERESSE EM OUTROS CURSOS? () Sim () Não Qual o tema de interesse? _____

VOCÊ TEM ALGUM COMENTÁRIO, SUGESTÃO OU CRÍTICA QUE QUEIRA REGISTRAR? (Registrar no verso da folha)

Agradecemos sua participação!! Equipe ISCON

ANEXO IV

Modelo de Solicitação de Proposta - Pessoa Física

1. E-mail:

Prezado,

A equipe pedagógica do Instituto de Contas 5 de Outubro do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins cumprimenta cordialmente a (_____).

De acordo com o planejamento das Ações Educacionais do ISCON previstas para o exercício de 2025, destacamos a temática: (_____).

Assim, considerando a pertinência dos instrumentos de governança e do planejamento das contratações do Tribunal de Contas do Tocantins, regidas pela Resolução Administrativa TCE-TO nº 07/2023, solicitamos a proposta da temática apresentada dentro do cumprimento das seguintes exigências:

- 1. Envio de Proposta/Plano Comercial conforme modelo encaminhado em anexo.**
- 2. Envio de documentação, através deste contato de e-mail, dos seguintes itens:**

DOCUMENTOS
RG, PIS/PASEP e comprovante de endereço do instrutor;
Dados bancários (Banco/agência/conta);
Contracheque quando o instrutor for servidor público – (a título de descontos previdenciários);
Documento Pessoal dos dependentes legais - (a título de base de cálculo do IRPF);
Certidões negativas do instrutor: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal da sede do Licitante e FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF;
03 Atestados de Capacidade Técnica emitido por contratante anterior, que comprove a especialização do instrutor;
03 comprovações de preços de cursos similares em outras instituições (Recibo, Nota de empenho, Nota fiscal);
Currículo do instrutor contendo a qualificação com objetivo de comprovar sua capacidade técnica e notória especialização (cópia de diplomas, principais certificados, de forma que comprovem a fama, especialização e a notoriedade singular que o profissional irá executar o serviço);
Registro ou inscrição na Entidade Profissional Competente, se for o caso.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Esclarecemos que a Documentação e Proposta/Plano Comercial (anexo) solicitados nos itens 1 e 2 deverão ser encaminhados no prazo de até 5 dias úteis, a contar da data do recebimento da solicitação. Passado o prazo estabelecido, configurar-se-á em desinteresse na prestação dos serviços.

Por conseguinte, segue em anexo os conteúdos que constam em nossa matriz de conhecimento para que possa servir de material norteador na elaboração da Proposta/Plano Comercial.

Nos colocamos à disposição para dúvidas e/ou mais informações.

Equipe Pedagógica
Instituto de Contas 5 de Outubro
Tribunal de Contas do Tocantins
Palmas-TO
(63) 3232-5970

PLANO/ PROPOSTA DE CURSO	
DADOS GERAIS	
Nome	
CPF e RG	
Endereço Físico e eletrônico	
Contatos	
Instrutor(es)	(Apresentar Currículo Reduzido)
PLANO DE CURSO	
TEMA GERAL	(Nome da capacitação sugerida)
Público-alvo	
Nº de Participantes	
Pré-requisitos público-alvo	
Carga Horária	
Local	
Data	
Horário	
Modalidade Sugerida	() Presencial () Online () Híbrido
Objetivo Geral	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Objetivos Específicos	(Enumerar no mínimo 3 objetivos)
Conteúdo Programático	(Detalhar neste campo os assuntos pretendidos)
Metodologia	(Detalhar os procedimentos pedagógicos e indicar prováveis modulações e/ou etapas)
Recursos Didáticos	
Resultados Esperados	
Avaliação e Certificação	
Bibliografia Sugerida	
Observações	
DADOS FINANCEIROS	
Valor da Proposta:	Conter a especificação: “No valor apresentado na proposta já está incluído todo o custo de deslocamento (passagem aérea, hospedagem, locomoção e alimentação), que serão por conta da empresa CONTRATADA” quando houver deslocamento.
OBSERVAÇÕES:	<ul style="list-style-type: none"> • Sob o valor da proposta há incidência de impostos – ISS, INSS e IR – retidos na fonte. • Validade da Proposta mínimo de 60 dias.
Dados Bancários:	
Banco/Agência/Conta Corrente	

ANEXO V

Modelo de Solicitação de Proposta - Pessoa Jurídica

MODELO DE E-MAIL PARA SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO / PESSOA JURÍDICA

Prezado,

A equipe pedagógica do Instituto de Contas 5 de Outubro do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins cumprimenta cordialmente a (_____).

De acordo com o planejamento das Ações Educacionais do ISCON previstas para o exercício de 2025, destacamos a temática: (_____).

Assim, considerando a pertinência dos instrumentos de governança e do planejamento das contratações do Tribunal de Contas do Tocantins, regidas pela Resolução Administrativa TCE-TO nº 07/2023, solicitamos a proposta da temática apresentada dentro do cumprimento das seguintes exigências:

1. **Envio de Proposta/Plano Comercial conforme modelo encaminhado em anexo.**
2. **Envio de documentação, através deste contato de e-mail, dos seguintes itens:**

DOCUMENTOS
— Cartão de CNPJ e Ato Constitutivo (Contrato Social, Estatuto ou Declaração de Firma Individual);
— CPF, RG e comprovante de endereço do responsável da empresa;
— Dados bancários da empresa (Banco/agência/conta);
— Certidões negativas da empresa: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal da sede do Licitante e FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF e trabalhistas;
— 03 Atestados de Capacidade Técnica emitido por contratante anterior, que comprove a especialização da empresa;
— 03 Atestados de Capacidade Técnica do Instrutor;
— 03 comprovações de preços em outras instituições (Recibo, Nota de empenho, Nota fiscal);
— Registro ou inscrição na Entidade Profissional Competente, (diploma ou certificação do instrutor)
— Carta ou Certidão de exclusividade do curso
— Vínculo do instrutor com a empresa

Esclarecemos que a Documentação e Proposta/Plano Comercial (anexo) solicitados nos itens 1 e 2 deverão ser encaminhados no prazo de até 5 dias úteis, a contar da data do

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

recebimento da solicitação. Passado o prazo estabelecido, configurar-se-á em desinteresse na prestação dos serviços.

Por conseguinte, segue em anexo os conteúdos que constam em nossa matriz de conhecimento para que possa servir de material norteador na elaboração da Proposta/Plano Comercial.

Nos colocamos à disposição para dúvidas e/ou mais informações.

Equipe Pedagógica
Instituto de Contas 5 de Outubro
Tribunal de Contas do Tocantins
Palmas-TO
(63) 3232-5970

PLANO/ PROPOSTA DE CURSO	
DADOS GERAIS	
Qualificação da Empresa	
Nome Empresa	
CNPJ	
Endereço Físico e eletrônico	
Contatos	
Representante legal (informações pessoais, RG, CPF e endereço)	
Instrutor(es) Indicado(s)	(Apresentar Currículo Reduzido)
PLANO DE CURSO	
TEMA GERAL	(Nome da capacitação sugerida)
Público-alvo	
Nº de Participantes	
Pré-requisitos público-alvo	
Carga Horária	
Local	
Data	
Horário	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

Modalidade Sugerida	(<input type="checkbox"/>) Presencial (<input type="checkbox"/>) Online (<input type="checkbox"/>) Híbrido
Objetivo Geral	
Objetivos Específicos	(Enumerar no mínimo 3 objetivos)
Conteúdo Programático	(Detalhar neste campo os assuntos pretendidos)
Metodologia	(Detalhar os procedimentos pedagógicos e indicar prováveis modulações e/ou etapas)
Recursos Didáticos	
Resultados Esperados	
Avaliação	
Bibliografia Sugerida	
Observações	
DADOS FINANCEIROS	
Valor da Proposta:	Conter a especificação: “No valor apresentado na proposta já está incluído todo o custo de deslocamento (passagem aérea, hospedagem, locomoção e alimentação), que serão por conta da empresa CONTRATADA” quando houver deslocamento.
OBSERVAÇÕES:	<ul style="list-style-type: none"> • Sob o valor da proposta há incidência de impostos – ISS, INSS e IR – retidos na fonte. • Validade da Proposta mínimo de 60 dias.
Dados Bancários:	
Banco/Agência/Conta Corrente	